



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 023

QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 15^a SESSÃO, EM 16 DE MARÇO DE 1982

Sessão especial destinada a reverenciar a memória do Senador Adalberto Sena.

2 — ATA DA 16^a SESSÃO, EM 16 DE MARÇO DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1982, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que fixa valores às bolsas distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), e dá outras provisões.

— Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1982, de autoria da Sra. Senadora Laélia de Alcântara, que dá nova redação ao art. 307 do Código Civil.

2.3 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 5/82 (nº 65/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Mauro Sérgio da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola. Apreciado em sessão secreta.

2.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Implantação do seguro desemprego.

SENADOR CUNHA LIMA — II FENAÇUCAR — Feira Nacional da Cana-de-Açúcar, realizada em São Paulo.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Desempenho alcançado pela PETROBRÁS no ano de 1981.

2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SÉSSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. José Lins, proferidos na sessão de 11-3-82.

— Do Sr. Evelásio Vieira, proferido na sessão de 15-3-82.

— Do Sr. José Lins, proferido na sessão de 15-3-82.

— Do Sr. Almir Pinto, proferido na Sessão de 15-3-82.

4 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

— Nº 8, de 1982.

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

ATA DA 15^a SESSÃO, EM 16 DE MARÇO DE 1982

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos —

Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amájal Furlan — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão é destinada, em caráter especial, a homenagear a memória do Sr. Senador Adalberto Sena, nos termos do Requerimento nº 32, de 1982, de autoria da nobre Senadora Laélia de Alcântara e de outros Senadores.

Estando presente no recinto os familiares de nosso saudoso companheiro, solicito que tomem assento no plenário. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Sra Senadora Laélia de Alcântara, que falará em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A SRA. LAELIA DE ALCÂNTARA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Profundamente consternado, recebeu o Acre a notícia do falecimento, dia 21 de janeiro deste ano, de seu ínclito filho e eminente representante nesta Casa, Senador Adalberto Correia Sena.

Deste inesquecível filho do longínquo Cruzeiro do Sul, não sabemos o que mais admirar: se o seu caráter adamantino, ornado das mais peregrinas virtudes, se o médico e o professor exemplar, se o político honrado e digno.

De fato, como poucos, soube o Senador Adalberto Sena ser grande na medida que expandia nas dimensões vertical e horizontal sua inesgotável capacidade de comunhão com todos os que dele se cercavam.

Na dimensão vertical, seu espírito estava sempre voltado para as atividades intelectuais e culturais. Neste terreno, destacou-se como o grande educador, por todos admirado e respeitado, tendo exercido no Estado de São Paulo o cargo de Inspetor de Ensino do Ministério da Educação, galgando mais tarde por concurso público, em 1937, o alto cargo de Técnico de Educação.

Ainda como educador, destacou-se como Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, revelando-se no magistério, por vários anos, em diversos estabelecimentos de ensino, o acatado mestre de História Natural, de Física e de Química.

A convite do Governo americano, concluiu com brilhantismo, em 1958, o curso de aprimoramento para professor, no famoso Peabody College for Teacher, no Estado do Tennessee.

Portador de tão grande cabedal de conhecimentos especializados, pôde, assim, melhor desempenhar na cátedra e na administração do ensino as mais importantes funções, como a de membro da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, de 1960 a 1961, a de Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, em 1961 e a de Presidente do Conselho de Educação e Cultura do Distrito Federal, de 1962 a 1964.

Sua contribuição à instrução foi, também, das mais valiosas com a publicação de duas obras, na época, altamente elogiadas pela crítica especializada: "Legislação Brasileira do Ensino Secundário" e "Horto Botânico para o 2º Ciclo Secundário".

Formado em Medicina, em 1925, pela Universidade do Brasil, sua trajetória como médico desenvolveu-se no interior numa das mais difíceis fases de sua vida, sendo assinalada por um entranhado amor e extrema dedicação à Medicina e aos doentes.

Seus largos conhecimentos da Medicina levaram-no a exercer importantes cargos, como o de Diretor do Departamento de Higiene e Saúde Pública em sua cidade natal, tendo aí dispêndido por mais de dois anos, secunda atividade técnica e administrativa.

Em sua figura mansa e simpática todos podiam deparar uma feliz associação entre as nobres tarefas do médico e do educador que soube exercer com abnegação em prol do bem-estar social de seu povo e da coletividade brasileira.

Em sua dimensão horizontal, a personalidade do saudoso Senador Adalberto Sena não foi menor do que a que revelou em sua dimensão vertical como médico, professor e educador.

Naquela dimensão, podemos dizer que o Senador Adalberto Sena foi um justo no mais legítimo sentido bíblico do termo: um homem em que, como Natanael, de que nos dão conta os Evangelhos, em que não havia maquiagens nem intenções dolosas; um justo que brilhou entre os que mais o foram, nutrindo-se, como dizia o profeta Isaías, dos frutos de suas raras qualidades pessoais e de suas inúmeras benemerências, da proverbial magnanimidade de seu coração, da afabilidade de seu trato para com todos os que dele se aproximavam, da correção nos compromissos que assumia, quer como homem, quer como político.

O embaixador e escritor Paulo Carneiro que, como o Senador Adalberto Sena, veio a morrer dias depois, aos 80 anos de idade, afirmou em seu último aniversário, que, nesta idade, "pensa-se ser mais no porvir de outras gerações do que no seu próprio destino". Adalberto Sena, no entanto, desmentiu este modo de encarar as coisas. Já muito antes de galgar aquela idade provecta sempre se preocupou com a sorte de seus semelhantes. Foi, no particular, um esposo extremoso, um amigo leal, um coração acolhedor, um homem sempre solícito em estender a mão a todos os que o procuravam para solicitar seus préstimos.

O escritor francês Michel Quoist costumava dizer que o mundo precisa cavar uma fonte onde todos possam saciar a sede do amor. Adalberto Sena era bem uma fonte perene de bondade da qual corriam em profusão a justiça,

o diálogo, o perdão, a todos atingindo com seu alto espírito de compreensão e a todos atraindo pelo amor e a generosidade.

Como homem político, soube sempre pautar sua longa e fecunda carreira política sob os ditames da honradez, da dignidade e da coerência de conduta partidária.

Iniciando suas atividades políticas como Secretário-Geral do Governo do antigo Território do Acre, chegou a ser dele seu Governador em exercício, sempre revelando-se o administrador probo e eficiente.

Político de raízes populares, filiou-se ao extinto PTB desde a sua criação, do qual foi um dos fundadores, posicionando-se sempre ao lado dos mais humildes e injustiçados.

Eleito Senador, em 1962, pela referida legenda criada por Getúlio Vargas, voltaria a ocupar, em 1966, a cadeira nesta Casa pelo extinto MDB, vindo a ocupar, em 1973, o alto cargo de Vice-Presidente.

Eleito novamente Senador, em 1974, prosseguiu em sua trajetória política dignificando e honrando esta Casa, com a mesma eficiência e descortino.

Em sua excelente obra "A Instituição Parlamentar na América Latina: Realidade e Perspectivas", como nos inúmeros pronunciamentos que fez e nas iniciativas legislativas que tomou, foi sempre o mesmo homem animado do alto propósito de bem servir ao seu Estado e ao Brasil.

Em seu primeiro discurso pronunciado há quase 20 anos nesta Casa, teve suas vistas voltadas para seu Estado natal e seus coestaduanos, com os quais se congratulou pela promulgação da primeira Constituição do Acre, elaborada em menos de três meses pela sua Assembléia Legislativa. Nessa mesma oportunidade, cumpria Adalberto Sena outro dever: homenagear o Acre pela autonomia conquistada, velho sonho de seus bravos filhos. Apenas lamentava que sua autonomia não se concretizasse, então, em melhor oportunidade, já que circunstâncias geográficas e administrativas pesadamente contribuíram (como até hoje, infelizmente, ainda contribuem) para que a maturidade econômica do ex-território não tivesse correspondido ao alto grau a que atingira a maturidade política de seu povo.

Seu apelo em favor do Acre, então elevado à categoria de Estado da Federação, chegou a ser dramático. "O Acre, disse ele, enfrenta uma crise singular: a crise de transição da tutela federal para a emancipação administrativa. Será, pois, um contra-senso afirmou, deixá-lo estiolar-se no próprio nascedouro".

"É preciso, prosseguiu, que o nosso patriotismo e o nosso espírito de fraternidade não deixem empalidecer essa estrela que ao lado das representativas dos outros Estados vai, apesar de tudo, engastar-se radiosa de esperança no auriverde pendão de nossa terra."

Em 1974, voltando à presença de seus coestaduanos, através de um dos mais emocionantes contatos, pôde dar-lhes conta de sua profícua atuação nesta Casa em favor de suas mais legítimas aspirações. Nessa oportunidade, desfralda a bandeira honrada e patriótica do extinto Movimento Democrático Brasileiro, "sem radicalismo nem submissão a objetivos estranhos aos nossos", como então afirmou.

E o povo acreano, que "não se dobra, não se curva e não esquece" os superiores interesses do seu Estado e do Brasil, como ele proclamou em sua movida mensagem, sufraga mais uma vez, em pleito memorável, o nome de seu ínclito filho.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. LAELIA DE ALCÂNTARA — Com muito prazer, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senadora, o Senado não pode ouvir silencioso, embora contrito, essa nobre elegia que V. Ex^a traça aqui sobre a personalidade marcante de Adalberto Sena. Nós que o conhecemos desde 1962, ele no Senado Federal, enquanto nós estávamos na Câmara, tributamos-lhe a nossa homenagem maior, votando pela elevação do Território do Acre a Estado. Nós conhecemos sua participação nos trabalhos da Casa, e sua voz mansa, serena e pacífica sempre a ouvimos no fim dos nossos debates. Se é que a eternidade tem os ouvidos abertos, ele também ouviu, na hora derradeira em que seu corpo frio baixava à terra fria do Cemitério de São João Batista, do Rio de Janeiro, a minha última mensagem. Em nome do Senado, em nome dos seus amigos, em nome de sua Bancada, quero, ilustre Senadora, acrescentar a essa nova elegia que V. Ex^a faz, na sua voz arrastada, cheia de sentimento e emoção, sobre a personalidade de Adalberto Sena, a minha nota, também, de emoção e saudade ao grande amigo, ao grande companheiro e ao grande Senador que nós perdemos. Portanto, eu me associo. Se tive o voto que dei à elevação do Acre a Estado, em homenagem a sua Bancada, aos grandes companheiros de 1962, das quais ele se destacava como uma das figuras mais singulares, se tive esse prazer e essa honra, também não quero que V. Ex^a termine a sua oração tão serena, tão cheia de emoção sem esta minha pa-

lavra, a minha palavra de dor e de sentimento por uma figura que nós perdemos, mas que jamais haveremos de esquecer.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Agradeço as suas palavras, nobre Senador Dirceu Cardoso e associo-as às minhas.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senadora?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Com muito prazer, nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha — Estamos aqui compungidos desta difícil missão na sessão da saudade a um velho e querido companheiro diferente do normal dos cidadãos do mundo, porque há aqueles cidadãos que morrem e se acabam e há aqueles outros que morrem e começam. Adalberto Sena é um destes que ultrapassa até o preceito bíblico que diz que o homem é pó e ao pó reverterá. Ele ultrapassou o seu instrumental humano para se transcender na memória e na História. Eu relembo muito emocionadamente que, quando chegamos aqui, os novos Senadores de 1974 encontramos na exemplaridade do Senador Adalberto Sena aquele padrão tão raro dos políticos da nossa terra — padrão de honestidade, de modéstia e de bondade. Por isso mesmo que, com muita emoção, eu desejo dizer que Adalberto Sena, como aquele outro a quem se referia Guimarães Rosa, não morreu, encantou-se!

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Muito obrigada, Senador Gilvan Rocha, pelo seu aparte, por tão brilhantes palavras.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Com todo o prazer.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senadora Laélia de Alcântara, desejo aproveitar a oportunidade desta sessão de saudade para deixar o meu testemunho: cheguei a esta Casa em 1975, conheci o nobre Senador Adalberto Sena e tive, por todos estes anos, sete anos, oportunidade de conviver com ele, privar da sua amizade e, por que não dizer, dos seus ensinamentos. Chegando aqui em 1975, busquei o Senador Adalberto Sena para meu orientador. No dia de hoje, só tenho a dizer não só da minha saudade, como do exemplo singular de humildade e de grandeza que foi o Senador Adalberto Sena. E posso afirmar à Câmara, para que fique no Anais, que Adalberto Sena foi uma das amizades de que privei em minha vida, que me abriu o caminho para uma vida calcada dentro de princípios, sentimentos que ele possuía para dar e para emprestar. É com profunda emoção, então, que deixo neste aparte a minha tristeza e a prova de que Adalberto Sena não passou, ele fica eternamente na nossa memória, como uma saudade que plantou nós gestos de dignidade, de proficiência, de delicadeza e de humildade uma semente que vicejá a bem da posteridade. Muito obrigado.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Agradeço o aparte do Senador Agenor Maria que, mais uma vez, vem confirmar as belas qualidades morais do nosso saudoso Senador Adalberto Sena.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Concedo o aparte ao nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora, V. Ex^a fala, neste instante, em nome de nossa Bancada, enaltecedo, como o faz nesse discurso primoroso, a figura inolvidável do grande companheiro que era Adalberto Sena. Dispensar-se-iam, assim, as nossas intervenções que nada mais são, neste instante, do que um testemunho reiterado da nossa admiração profunda pelo nobre representante acreano no Congresso Nacional. Eu me permitiria apresentar V. Ex^a, utilizando, neste instante, o mesmo microfone que Adalberto Sena em seus apartes, nas suas manifestações de plenário, dentro daquela discrição e austeridade, que caracterizavam a sua atuação nesta Casa, se dirigia aos oradores para destacar, neste momento, um episódio através do qual se torna patente aquilo que foi marcante em toda a vida de Adalberto Sena: o sentido do cumprimento do dever. Recordo-me, nobre Senadora, de que, em 1979, designado pelo Presidente da Casa, o nobre Senador Adalberto Sena, acompanhado dessa dama notável, sua companheira de todas as horas, Da. Aleydah Sena, viajava para a Venezuela, a fim de participar, ali, da 66^a Conferência Interparlamentar. Acometido de uma crise de hipertensão arterial, que nos trouxe muita preocupação, naquele país, nós o acompanhamos ao hospital, onde ele permaneceu por algumas horas. E, recuperando-se daquela crise momentânea, ao se reencontrar com os companheiros da Delegação Brasileira, a sua primeira indagação era saber se o seu voto, em razão daquela ausência, teria prejudicado as votações que se processavam em torno de matéria polêmica, em função da qual se posicionaria a Delegação do nosso País. Veja, portanto, V. Ex^a, nobre Senadora, que Adalberto Sena era um homem que em todos os instantes, até mesmo quando, por motivo de saúde, tinha de se ausentar do debate, externava a sua preocupação e o desejo de estar sempre

presente em todos os momentos e em todas as deliberações. Quero, portanto, neste instante, render, emocionado, este tributo de respeito e, sobretudo, de reconhecimento às suas admiráveis qualidades, homenageando a sua memória impecável.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Muito obrigada, nobre Senador Mauro Benevides, pelas suas palavras que vêm enriquecer, com esse episódio, este humilde discurso.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Com todo prazer, nobre Líder Senador Humberto Lucena...

O Sr. Humberto Lucena — Como bem acentuou o nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex^a, nessa tribuna, expressa o pensamento de toda a nossa Bancada nesta homenagem à memória de Adalberto Sena. Mas quero levar também ao discurso de V. Ex^a a palavra da Liderança do PMDB, no Senado, num testemunho inequívoco da correção, da lealdade, do dinamismo com que Adalberto Sena sempre se posicionou ao nosso lado. Homem de avançada idade, lembro-me ainda que, no final do ano passado, quando esta casa realizou, sem dúvida alguma, uma de suas sessões mais memoráveis pelo acesso do debate, a qual se transformou numa verdadeira vigília cívica e em que nós, da Oposição, reunidos, procurávamos obstruir os trabalhos parlamentares no alto objetivo de colocar perante a Nação o nosso empenho pela redemocratização do País em termos mais limpos e corretos, Adalberto Sena não se afastou um só momento deste plenário, ficou até o fim. Convidado a sair, negou-se e só se retirou do Senado acompanhado de todos os seus colegas, numa prova de sua solidariedade e de seu apoio a nossa causa. É que ele era, além de médico, educador, homem público eminentíssimo, um Senador apaixonado pelo seu Partido; ele era emedebista histórico que não abria mão das suas cores, das suas idéias. Receba, pois, V. Ex^a, estas considerações como uma prova de afeto, de amizade, de admiração, de respeito e, sobretudo, de saudade por Adalberto Sena.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Obrigada, nobre Líder da Bancada do PMDB, nesta Casa. Incorpore suas palavras ao meu pronunciamento, palavras que, mais uma vez, vêm confirmar o caráter reto, o espírito de cumprimento do dever do nosso saudoso Senador Adalberto Sena.

O Sr. Paulo Brossard — Permite um aparte, nobre Senadora?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Com muito prazer, nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard — Em primeiro lugar, eu peço desculpas por interromper a sua oração; a sua bela, comovida e comovante oração em homenagem ao nosso querido e saudoso Senador Adalberto Sena. Eu preferiria ouvi-la em silêncio, mas tendo sido seu Líder durante três Sessões Legislativas, entendi que era do meu dever dizer uma palavra neste instante, quando outros já o fizeram. E essa palavra será breve, será simples. Eu direi que Adalberto Sena foi sempre um companheiro exemplar.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Obrigada, nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte, eminentíssimo colega, eu que ocupo, neste instante, o seu lugar?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex^a, ilustre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Nobre Senadora, o Sermão da Montanha, numa de suas beatitudes, diz o seguinte: "Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra". Herdar, aí, está no sentido de possuir e manso é Adalberto Sena, essencialmente manso. Certamente o mais manso de todos nós deste Plenário e de quem, jamais, nenhum de nós foi testemunha de um ato de violência. Na verdade, creio eu, a violência não estava na mente dele, porque Adalberto Sena não praticava nem mesmo a violência mental, a astúcia e os malabarismos que nós não podemos, às vezes, desviar da nossa consciência. Por isto, por ser manso, por ter herdado a terra, Adalberto Sena possuiu a nós deste Plenário e nós possuímos Adalberto Sena. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Muito obrigada pelo aparte de V. Ex^a, ilustre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Evelásio Vieira — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Pois não. Ouço, com todo o prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Evelásio Vieira — Nobre Senadora, há, no seio da elite brasileira, inegavelmente, uma grande carência de seriedade, de responsabilidade de um bom caráter. Adalberto Sena foi, sempre, um homem sério, responsável e

exemplar caráter. É a minha melhor homenagem ao grande colega que desapareceu.

A SRA. LAÉLIA ALCÂNTARA — Comovida, agradeço as suas palavras, Senador Evelásio Vieira.

É que na mensagem endereçada ao povo acreano pôde exibir, com orgulho, os assinalados serviços que havia prestado ao Acre, através de um longo elenco de pronunciamentos, projetos e apelos, apresentados ao longo de 12 anos de permanência nesta Casa, em defesa de seus maiores interesses.

A voz de Adalberto Sena, que sempre se fez presente nesta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ninguém calou nem conseguiu fazer esquecer, porque foi a voz de um povo que, como ele mesmo disse, "já provou em batalhas e na guerra da reintegração territorial, todo o seu valor e pujança".

Seu último mandato legislativo, exercido em idade provecta, foi assinalado, como podem testemunhar todos os Srs. Senadores, pela assiduidade, dinamismo e importantes iniciativas em prol dos interesses do Acre e do Brasil.

Como era edificador contemplar aquela figura veneranda, mansa, assídua e pontual aos nossos trabalhos, aos quais sempre emprestou sua melhor colaboração, com sacrifício, às vezes, de sua saúde, cativando sempre a todos com uma palavra amiga, ou com a afabilidade de seu sorriso.

Seus derradeiros pronunciamentos, nesta Casa, ante as incertezas e ameaças que pesam sobre o povo, marcado ainda por fortes resquícios de autoritarismo, revelam com nitidez o espírito aberto e liberal de Adalberto Sena.

Para ele, tudo o que limita e controla o poder é democrático. Neste sentido, foi um inconformado com todas as formas de arbitrio, com todas as escatomeações do poder, com todos os abusos da administração pública, com todas as manifestações de opressão. Com destemor, em pleno regime de ameaças e de opressões, insurge-se, desta tribuna, contra o regime de semi-escravidão instalado no Nordeste do Mato Grosso e denunciado pela Imprensa.

Tomado, pouco antes de falecer, de profunda revolta denuncia com firmeza a abominável prática de tortura e espancamentos, ainda utilizados em nossa terra, atingindo até as mulheres dos presos em condição de colonos.

Incursionando na área do Direito, solidariza-se com integrantes do 10º Congresso Mundial de Direito no combate à crescente violação, em diversos países, dos princípios que informam os Direitos Humanos Brasileiros.

Aos advogados brasileiros, reunidos em Congresso, presta seu apoio ao apelo que fazem no sentido de que seja revogada a atual Lei de Segurança Nacional.

Veementes foram suas críticas, em 1975, à interferência de autoridades do Banco do Brasil, que acabaram por agravar a situação dos agricultores, pecuaristas e empresários do Acre, com as dificuldades que tiveram de enfrentar, na obtenção de recursos e incentivos do Governo.

Por várias vezes, também, ergueu sua voz, solicitando providência do Governo a propósito das enchentes do Rio Juruá e do Município de Sena Madureira, que ameaçavam a vida e a saúde das populações e interrompiam o tráfego de inúmeras das cidades acreanas.

Ante às difíceis situações que enfrentam nossos índios, apela para as autoridades no sentido de destinarem no orçamento plurianual de investimentos, mais recursos, a fim de que a FUNAI possa desenvolver seus programas de auxílio aos silvícolas.

Sua voz se fez ainda ouvir contra o custo de vida no Acre entregue à especulação e à ganância com os gêneros de primeira necessidade, atingindo preços escorchantes. Da mesma forma, denuncia os compradores de terras e os testas-de-ferro de poderosos grupos do Sul, que agiam inescrupulosamente no Acre em prejuízo de sua economia.

Em tom patético, denuncia a crise em que se debate a economia acreana, em consequência do bloqueio de crédito e das operações bancárias impostas pelo Banco Central.

Com sua reconhecida autoridade em matéria de Educação, revela que a realidade educacional brasileira, hoje, é esta: estamos pura e simplesmente transferindo para os 15 anos, aquilo que deveria ser feito aos 7 anos de idade.

Lamentando o decréscimo anual das dotações destinadas à Educação, apela ao Governo que restabeleça os recursos orçamentários retirados do anexo da Educação e que se destinavam aos programas básicos deste Ministério.

Em um de seus últimos e mais importantes pronunciamentos, deu-nos uma visão macabra da saúde em nosso País em consequência do desequilíbrio entre o homem, o meio ambiente natural e o meio ambiente construído, ao lado das precárias condições econômico-sociais em que vive a maioria do povo brasileiro.

Referindo-se recentemente à crise que eclodiu na Previdência Social, teve oportunidade de condenar a recusa do IAPAS em repassar às Secretarias de

Educação dos Estados, o montante arrecadado das empresas, destinado ao salário-educação. Com a mesma veemência condena o estranho e surpreendente desequilíbrio nas contas do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, até hoje não satisfatoriamente explicado, uma vez que as autoridades governamentais alardearam, não fazia muito tempo, um grande superávit nas contas da Previdência Social Brasileira.

Este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi o homem que o Acre e o Brasil acabam de perder: sereno, manso, cordato, mas sempre pronto a profligar os desacertos praticados contra os interesses nacionais.

Por todos esses motivos, tomada da mais profunda comoção, em meu nome pessoal, em nome do valoroso povo acreano que ele soube tão bem honrar e dignificar nesta Casa por três mandatos, em nome, enfim, da bancada do PMDB, de que foi ele um de seus mais conspícuos membros, desejamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, reverenciar-lhe a memória nesta sessão especial, estendendo neste preito de saudade e de reconhecimento todo o nosso pesar a sua excelentíssima esposa, Dona Aleydah Canto Correia de Sena e a todos os seus dignos familiares.

Era o que a tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, que falará pelo Partido Democrático Social.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Aleydah Canto Correia de Sena e demais familiares do saudoso Adalberto Sena.

Na sessão do Senado do dia 1º deste mês, também a primeira do reinício do período legislativo, recebi do estimado Líder Nilo Coelho a incumbência de encaminhar o pedido de suspensão dos trabalhos pela morte inesperada do dileto companheiro Adalberto Sena, ocorrida quando estávamos em recesso. Conquanto dolorosa para minha sensibilidade, tinha que corresponder a essa missão, mesmo porque o anonimato e o olvido não têm guarida nesta Casa, especialmente tratando-se de homenagear um companheiro que soube dignificar o mandato e honrar as funções desempenhadas antes de chegar ao Senado.

Hoje, em nome da Liderança da Maioria, retorno a esta tribuna, desta vez para a grande reverência que o Senado tributa, em circunstâncias como esta, a seus membros desaparecidos, e de modo especial a uma figura singular como foi Adalberto Sena, condorcero da simplicidade e da cordura.

Embora sem ligações estreitas, conheci-o há aproximadamente trinta anos, quando se inclinou à política partidária, e o Acre vivia sob o regime de território, onde a respiração, pelo próprio sistema da época, era artificial...

Seu comportamento, quase franciscano, chamava atenção, pela sua ingenuidade. Posteriormente, já nesta Casa, os laços se estreitaram e aí pude afeitar a sua "performance" baseada no afeto às pessoas. Isso me fazia lembrar Santo Agostinho: "Quem tem caridade no coração, sempre tem alguma coisa para dar". Era assim o pranteado desta tarde, o Senador Adalberto Sena. Apesar de octogenário, não se preocupava e nem pensava na idade, e esse meu testemunho ficou corroborado quando juntos, em 1979, participamos em Caracas, Venezuela, da 66º Interparlamentar e, nos momentos de folga, conversávamos, sentindo eu que a sua vida parecia estar no plenilúvio. Essa filosofia, adotada para viver, lembrava-me o pensamento do poeta árabe:

"Quando vires um homem idoso e amável, moderado, calmo, contente e bem humorado, fica certo de que, em sua juventude, ele foi justo, generoso e perdoador. No seu fim, não lamenta o passado, nem teme o futuro: é como o entardecer de um belo dia".

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exº um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço V. Exº

O Sr. Aderbal Jurema — Sr. Senador Jorge Kalume, esta Casa, hoje, presta uma homenagem a um dos parlamentares mais integros que por aqui passaram. Como Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, não poderia deixar de apartear o discurso de V. Exº, embora todos nós já estejamos acostumados à seriedade e ao cuidado com que V. Exº ocupa essa tribuna, tratando dos mais variados assuntos. E agora, ao invés de ser o Jorge Kalume cerebral, é o Jorge Kalume coração, que vem evocar a figura de um companheiro de representação popular para homenageá-lo. Senador por três vezes, inspetor de ensino, sensível aos problemas mais delicados da Educação brasileira, o nosso ilustre morto deixa, nesta Casa, não apenas a lembrança de sua presença, mas sobretudo o exemplo de como se representa um Estado com dignidade, com eficiência e com inteligência. Por isso nós, membros da Comissão de Educação e Cultura, prantearmos o seu desaparecimento. Parece que estou a vê-lo numa das últimas viagens que fizemos juntos a São Paulo para visitar o parque gráfico da Editora de Victor Civita. Lá, ele, com aquela discrição que todos nós admirávamos, fazia sempre perguntas

precisas, perguntas sábias para se inteirar da obra que estávamos visitando. Na Comissão de Educação e Cultura os seus pareceres primavam pela sabedoria com que enfrentava os mais variados assuntos e aqui, neste plenário, era, sem dúvida, um dos mais ilustres membros das Oposições. Por isso é que levo, em nome da Comissão de Educação e Cultura, através do discurso que V. Ex^e pronuncia, levo o nosso abraço afetuoso de pesar à família do inovável Senador Adalberto Sena.

O SR. JORGE KALUME — Nobre Senador Aderbal Jurema, o seu testemunho tem um alto significado. Primeiro, porque foi colega do pranteado desta tarde, segundo, porque V. Ex^e, também como professor, externou o sentimento que falaria e fala à alma de Adalberto Sena. Muito obrigado a V. Ex^e

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Pois não, com muita honra.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Jorge Kalume, o Senado faz muito bem, nesta tarde, e em silêncio, reverenciar à memória de Adalberto Sena. Se outros motivos não houvesse, a singularidade desta Legislatura de ter morrido o mais novo e saudoso Senador João Bosco e o mais venerando e o mais antigo, Senador Adalberto Sena, só este fato deixa a todos nós a convicção da fragilidade da vida humana, de quanto vale a cada um de nós cumprir o seu dever, cumprir o seu destino. Para mim, Adalberto Sena foi um Senador dos mais completos que conheci nesta Legislatura, trazia características pessoais de um Senador pelo espírito de compreensão e de transigência, que era uma das características fundamentais de sua personalidade, e que deve ser de todos os Senadores, sobretudo nos instantes difíceis por que passamos em nossa Pátria. Do nobre Senador Adalberto Sena guardei lembrança quando da última noite da famosa sessão das inelegibilidades: vi-o, aqui, oferecendo a sua saúde, o seu esforço, a sua renúncia em favor dos princípios que defendia o seu partido político. Ele, que foi um dos artífices da autonomia do seu Estado, e serviu ao novo Estado do Acre com patriotismo, com isenção e com lealdade, achou o destino que deveria levá-lo nos céus do Brasil, a caminho do Estado do Rio de Janeiro, como se estivesse, nãóquele instante, saudando toda a nossa Pátria no seu caminho para a eternidade.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Ex^e pelo seu aparte. Suas palavras vieram corroborar essa homenagem justa à memória do grande companheiro.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Concederei o aparte logo que terminar o meu raciocínio.

Estou repetindo o que disse no dia primeiro, porquê, na verdade, estas palavras, na sua pureza cristalina, refletem a personalidade de Adalberto Sena.

Eu me pergunto se Adalberto morreu. Responderia com Isaías e Oseas:

“A Morte foi tragada pela Vitória (Isaías, 25,8). Onde está, ó Morte, a tua Vitória? Onde está, ó Morte, o teu Aguilhão? (Oseas, 13, 14).”

Para pessoas como o Senador Adalberto Sena, a morte foi apenas física, porque a sua ação, a sua conduta, o seu trabalho e o seu idealismo perpetuaram-no e serão sempre proclamados pelos que nos sucederem. E criaturas assim fortalecidas pela fé e que viveram para servir, me fazem recordar Anatole France ao saudar Renan:

“Alcançaste a imortalidade a que aspiravas. Tudo quanto concebeste de bom e de belo perdura e nada se perderá. Lentamente, porém sempre, a humanidade realiza os sonhos dos sábios.”

Ouço, com muita honra, o aparte do nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Tanto V. Ex^e, nobre Senador Jorge Kalume, quanto a Senadora Laélia, têm a felicidade de colocar, na sua saudação ao nosso companheiro, uma nota que talvez seja a grande contribuição que a sua passagem por esta Casa e a sua memória hoje podem trazer aos trabalhos do Senado Federal e à vida nacional. Adalberto Sena foi, acima de tudo, um homem bom. No tratamento de todos os problemas, na Comissão de Educação, em que fomos colegas — e lembrou, há pouco, o nosso companheiro, Presidente da Comissão — a sua atuação sempre presente, pontual, preocupado com o acerto nas questões, na Comissão de Saúde, ele era um dos que freqüentemente alertavam a Casa sobre a importância de se dedicarem maiores verbas a esse setor da vida social, pela importância básica na vida brasileira, nos problemas que tivemos dentro da Bancada, a atuação de Adalberto Sena era sempre a de um homem que trazia a solução da bondade, a solução adequada, equilibrada, justa. Penso que tanto V. Ex^e quanto a Senadora Laélia,

em suas ambas formulações, colocam com o devido destaque esta grande qualidade que todos reconhecemos em Adalberto Sena, o que faz com que a sua passagem fique, para nós, como um exemplo para solução dos nossos problemas e dos problemas do País, e uma das qualidades mais necessárias qual seja a preocupação com o bem comum, de que foi um exemplo a vida e a atividade de Adalberto Sena.

O SR. JORGE KALUME — V. Ex^e o disse com muita justiça e acerto. Efectivamente, a passagem de Adalberto Sena por esta Casa foi marcada pelo trabalho, pela tolerância e, acima de tudo, pela bondade. Muito obrigado.

O Sr. Bernardino Viana — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Pois não.

O Sr. Bernardino Viana — A figura mansa e pacífica de Adalberto Sena destacava-se pela sabedoria e moderação. Contraditava os companheiros com argumentos e não com a violência. Por isso mesmo, era querido e respeitado não apenas no seio da Agremiação Partidária a que era filiado, mas também no seio do Partido adversário que tanto considerava.

Por seu intermédio, transmito aos familiares do homenageado e ao povo acreano os meus sentimentos de pesar que são também os do povo do Piauí.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Ex^e e ao povo do Piauí por esse registro de pesar à memória de Adalberto Sena.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o destino deu a Adalberto Sena, por berço Cruzeiro do Sul, a cidade acreana mais ocidental do Brasil, cuja topografia lhe dá um aspecto imponente, tornando-a bela e majestosa como a castanheira — Bertholletia Excelsa —, transferindo para seus filhos todas essas suas nuances. Seus pais originaram-se da terra de Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, tão bem descrita por José de Alencar. O sol sobre a terra estorricada e sem chuva, fez com que muitos patrícios deixassem chorando o torrão natal e buscassem outras plagas, onde sentissem um sol ameno e pudesse molhar-se na chuva. Onde pudessem ver rios perenes; onde pudessem ver floresta e seu verdor... Chorando e lastimando, sem nunca esquecer a terra de origem, partiram, no século passado, de navio ainda desconfortável, enfrentando o mar bravio e as dificuldades iniciais em Camocim ou no antigo porto de Draga, onde o embarque representava uma temeridade. Para onde iam? Também ignoravam. Levavam no coração a imagem do Ceará, e no pensamento o desejo de vencer e retornar... Partiram rumo ao desconhecido. Era a decisão suprema pela sobrevivência. Chegaram. Onde estamos? Extasiaram-se ante a selva vasta e densa, com as chuvas intermitentes e rios caudalosos e perenes. Com a obstinada característica dos sofridos nordestinos, marcaram sua presença, como escrevera Emílio Falcão:

“À sombra impenetrável da floresta virgem, adormecida na pletera da vida vegetativa, entre a imensidão do céu e a imensidão das águas”.

Foi aí que seus pais João Corrêa de Sena Júnior e Rosa Amélia de Sena se radicaram, ao lado de outros bravos, ajudando a civilizar o novo eldorado do mundo amazônico! No ambiente de Selva, de água, de sol e sob o signo do cruzeiro do Sul, alguns anos antes do heróico Marechal Thaumaturgo de Azevedo fundar a cidade, em 1904, nasceu Adalberto Sena. Mas seus pais, de larga visão, nesta terra que já conheciam o comando do incansável cearense Agostinho Rodrigues Mâncio Lima, decidiram que o filho deveria estudar para também servir à humanidade, dentro da ciência. E Adalberto faz o secundário fora do torrão natal. Em seguida vai ao Rio de Janeiro e, em 1925, se torna médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, com apenas 24 anos de idade. De posse de seu diploma, não se deixou prender pelos deleites que a velha metrópole oferecia, especialmente à juventude. Embora jovem, na idade em flor, já era precoce. Com a saudade dos pais, do ambiente em que nasceu e com desejo de ajudar seus patrícios, retorna pela mesma trilha marítima-fluvial à cidade de nascimento e ali se tornou Delegado de Higiene e Saúde Pública. Humanitário, bondoso e solícito, a profissão era para ele um verdadeiro sacerdócio. Mas o seu ego o conduzia a associar todo esse seu cabedal de conhecimento e outro ramo também altruístico: o magistério. Logo se tornou Inspetor de Ensino Secundário do Ministério da Educação, passando a atuar no Rio de Janeiro e em seguida foi guindado à Técnico de Educação. Mas a cátedra o atraía. Lecionou História Natural, Física e Química. Finalmente, galgou postos elevados no magistério, até se aposentar em 1963. E sua tônica foi educar. Neste campo deu tudo de si e nesta Casa atuou esmeradamente com pareceres, projetos e discursos.

O depoimento do Senador João Calmon, há poucos dias, vem reforçar tudo quanto dissemos a respeito do saudoso colega:

“O sonho permanente de Adalberto Sena sempre foi a educação. Ser dada à educação não apenas a prioridade número 1, mas também a prioridade 2 e 3, como preconizava Poincaré”.

No mesmo diapasão, foram os depoimentos dos nobres colegas Humberto Lucena, Bernardino Viana, Leite Chaves, Henrique Santillo e do Presidente Jarbas Passarinho, enaltecendo a figura do nosso colega desaparecido.

Tinha na sua virtuosa esposa Aleydah Canto Correa de Sena, com quem era casado há 50 anos, uma dedicada companheira e inspiradora. A morte do saudoso marido, embora tenha deixado um vácuo impreenchível, está recompensada pela estima que ele desfrutou em todos os segmentos da sociedade onde se tornara conhecido, em virtude de conduta irrepreensível.

O poeta Al-Ghazzali já aconselhava:

"Vive como quiseres: és mortal. Ama o que quiseres: um dia terás que abandoná-lo. Faze o que quiseres: receberás o equivalente daquilo que terás feito".

Efetivamente, Adalberto Sena está recebendo a recompensa: o reconhecimento de seus concidadãos acreanos e brasileiros e especialmente da pátria à qual serviu com denodo. Acredito que, se Adalberto Sena ressuscitasse, repetiria Castro Alves:

"Recomeço de novo o meu caminho
Do lar deserto vou seguindo o trilho...
Já que nada me resta sobre a terra
Dar-lhe-ei meu cadáver... Sou bom filho..."

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouvirei com muita honra.

O Sr. João Calmon — Eminentíssimo Senador Jorge Kalume, aplicam-se a esta terra de dor e de saudade as palavras de um famoso escritor: "Não choramos Adalberto Sena: cantemos a sua glória". Adalberto Sena escolheu a glória que não garante manchete, que não assegura os largos espaços nas páginas dos jornais e das revistas. Ele se dedicou com verdadeira obsessão a dois problemas de transcendental importância, mas que não garantem grande projeção aos que os defendem: a educação e a saúde. Na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Saúde Adalberto Sena foi um batalhador inexcedível. Deixou para todos nós uma mensagem que nenhum de nós esquecerá, a luta pela obtenção de verbas vultosas para a educação. Quando no ano passado foram cortados 86 bilhões de cruzeiros do Orçamento destinado ao Ministério da Educação, foi Adalberto Sena quem apresentou uma emenda procurando restabelecer esses 86 bilhões, através da utilização da reserva de contingência. Não teve êxito a sua iniciativa, mas todos nós assumimos o solene compromisso de continuar nessa luta a fim de que a educação tenha finalmente a prioridade que até hoje lhe foi negada. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço o nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Eu queria, neste momento, não mais repetir as palavras que aqui proferei quando manifestamos o nosso pesar pelo falecimento de Adalberto Sena, um daqueles sete que de 1970 a 1974 lutaram bravamente e constantemente contra os 59 da Maioria. Mas, quero lembrar que o meu último parecer, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, de que me despeço, foi exatamente dado sobre um projeto de Adalberto Sena, mais um projeto de Adalberto Sena, sobre um aspecto pouco conhecido da sua atividade; a sua preocupação com os filhos sem nome, com os filhos ilegítimos. Aquele homem bem casado, aquele homem de formação cristã também se preocupava com o problema dos filhos sem nome, com o drama dos que não têm um nome ou um sobrenome. De modo que o meu último parecer, enviado à Comissão de Constituição e Justiça, e que será ou não votado, foi exatamente sobre um projeto de Adalberto Sena, recordando a memória daquele grande homem que o Acre e o Brasil perderam.

O SR. JORGE KALUME — Efetivamente, V. Ex^a tem razão. Adalberto Sena tinha uma atividade eclética. A tônica de suas preocupações era a educação, mas ele se preocupava também com outros problemas, todos esses problemas que afligiam e ainda afligem a nossa Pátria. Portanto, V. Ex^a prestou um grande depoimento que veio enriquecer a homenagem que fiz, em

nome da Liderança da Maioria, na tarde de hoje, à memória do grande Adalberto Sena. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Congressistas, minhas Senhoras e meus senhores:

As duas últimas Legislaturas têm sido muito severas para com o Senado da República. Deste plenário vi, um a um, caírem vários, o último dos quais essa figura admirável de Adalberto Sena, que acaba de receber aqui, independentemente de filiações partidárias, o reconhecimento unânime dos seus méritos de homem público.

A ilustre Senadora Laélia fez a permanente ligação entre o médico e o educador.

Quando cheguei a este Senado, em 1967, aqui o encontrei; ele começava o seu segundo mandato. Quando regressei, em 1974, como nos elegíamos pela renovação do terço do Senado, ele pelo Acre e eu pelo Pará, encontramo-nos novamente. Eu vinha do desempenho da função de Ministro da Educação e Cultura. Por várias vezes, em conversa informal, trocamos pontos de vista sobre a educação brasileira, o que me fez lastimar que, durante o período em que tive sob a minha responsabilidade os negócios daquela Pasta, não tivesse estreitado mais os laços de convivência com Adalberto Sena, que certamente teria aproveitado a sua experiência.

A nossa ilustre colega também disse que ele fez uma oposição sem radicalismos e sem submissão. Foi exatamente assim que eu me acostumei a vê-lo, mesmo quando eram apenas aqueles 7 a que se referiu o nobre Senador Nelson Carneiro, porque dos 20 originais restaram 7 e ele era uma das figuras, como todos aqui salientaram, não apenas freqüente, mas assídua, não só no plenário do Senado, mas no plenário do Congresso, quando a Câmara e o Senado se reúnem na Câmara dos Deputados.

Penso vê-lo ainda, sem esforço, ao fundo do plenário da Câmara, sempre acompanhado do Deputado Nabor Júnior. Sempre presente. E posso vê-lo, quando o fui Líder da Maioria nesta Casa, como um oposicionista, precisamente como lhe traçou o perfil a nobre Senadora Laélia de Alcântara, sem submissão, mas sem radicalismos. Era daquela parcimoniosa espécie de homens que radicaliza idéias e não radicaliza posições.

A Mesa a que tenho a honra de presidir se associa às homenagens que hoje foram novamente prestadas, só que agora em caráter especial, à memória do nosso saudoso companheiro.

Eu diria que ele já teve o julgamento dos seus contemporâneos. Poucos são os Senadores que resistem a três eleições sucessivas para o Senado da República. E estou certo que o julgamento dos pósteros confirmará o dos coevos. Permanecemos todos com a imagem física de Adalberto, sereno, mas firme nas suas convicções. Eu até discordaria muito dessa colocação de tanta mansidão. Mansidão de coração, sim, mansidão de atitudes, não. Era um homem que debatia com veemência, na sustentação dos pontos de vista em que ele acreditava. E por isso mesmo, de minha parte cresce a homenagem que lhe presto, porque sempre militamos em campos opostos.

Creio que todos os oradores nesta tarde salientaram aspectos que se compõem numa tessitura cuja harmonia é perfeita no julgamento do nosso companheiro. E vê-lo-emos sempre, sentado ou em pé — de pé, na sua postura moral; sentado, e tranquilo, dando *quorum*, discutindo, presente, fazendo sustentar o que ele admitia que era a verdade e o que era melhor para este País.

À Sr^a D. Aleydah Correia Gomes Sena e aos familiares de nosso pranteado companheiro renovo os profundos sentimentos do Senado Federal.

Antes de encerrar esta sessão, devo comunicar à Casa que através da Mensagem nº 5, de 1982, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola.

Para apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 38 minutos.)

ATA DA 16^a SESSÃO, EM 16 DE MARÇO DE 1982
4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46^a Legislatura
— EXTRAORDINÁRIA —
PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 16 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:
 Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzí — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 1982

Fixa valores às bolsas distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho administrativo do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), fixará, anualmente, os valores das bolsas de estudo distribuídas a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Art. 2º As bolsas de estudo deverão ter o mesmo valor fixado para as anuidades da rede particular de ensino, nas várias regiões do País.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) tem por finalidade proporcionar ensino à trabalhadores sindicalizados, empregados de entidades sindicais, de todos os graus e categorias, seus filhos e dependentes nas quatro últimas séries do 1º grau e em todas as séries do 2º grau, bem como no ensino superior em carreiras prioritárias, seja através de bolsas de estudo ou sob modalidade outra de apoio financeiro julgado mais conveniente.

As bolsas de estudo constituem auxílio ao custeio das despesas essenciais à educação, aos gastos de alimentação, material, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica. No entanto, atualmente, o conselho administrativo, que é órgão máximo na organização do PEBE, decide sobre o montante da bolsa a ser concedida a cada candidato tendo em vista as suas necessidades e os critérios estabelecidos solucionando os casos controvertidos.

Esse critério nos parece muito subjetivo, razão pela qual achamos que as bolsas deverão ter o mesmo valor fixado para as anuidades da rede particular de ensino nas várias regiões do País, vez que quem fixa o valor das anuidades é o próprio Governo.

Sala das Sessões, 16 de março de 1982. — Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 1982

Dá nova redação ao artigo 370 do Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 370 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 370. Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou se comprovarem existência de vida em comum há mais de 5 (cinco anos).”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

“Por que negar a pessoas que há muitos anos vivam em estado de concubinato, digno, honesto, cercado de respeito, o direito de adotar crianças?

Acençutando que as mesmas razões de ordem jurídica, econômica, social ou moral que militam em favor de tantas modificações tendentes a amenizar os rigores de uma legislação acentuadamente preconceituosa, quanto ao reconhecimento de filhos fora do casamento, a direitos da companheira não casada, etc., fazem que, no momento, seja aceitável e mesmo compatível a extensão do direito de adotar a duas pessoas que, embora não casadas, tenham vida comum regular. (Antonio Chaves — Adoção, Adoção Simples e Adoção Plena — 2^a edição — Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1980.)

Com o surgimento da Lei nº 3.133, de 8 de maio de 1957, ficou profundamente alterado o conceito de adoção em nosso país o qual, de acordo com o Código de 1916, encarava a adoção como o instrumento legal para substituir os filhos àqueles aos quais a natureza havia negado.

Com a lei 3.133, entretanto, a adoção adquiriu um conceito mais amplo e abrangente visando dar ao menor melhores condições de vida, tornando-se um ato de caráter assistencial à criança abandonada.

Hoje, 25 anos após, e pela evolução natural da lei, é chegada a hora de aperfeiçoarmos e ampliarmos o conceito da adoção, abrindo as suas portas a um maior número de pessoas e desta forma oferecendo ao menor carente melhores condições para sua sobrevivência.

Sendo que cada caso de adoção depende de decisão judicial, sendo portanto estudado em seus mínimos detalhes, fica eliminada a possibilidade de uma adoção leviana por parte de casais que, vivendo em comum, não tenham uma união duradoura. Mesmo porque, após cinco anos de vida em comum, achamos já está estabelecido um amadurecimento profundo e uma consciência mais ampla dos valores do ser humano, por parte do casal que, mesmo não sendo casado, convive como se o fosse.

Urge estimular a adoção em nosso país. E este estímulo deve começar pela lei, abrangente, aberta e acessível a todos os que, por amor, solidariedade e sentido de assistência à criança abandonada, busque trazer para o recesso do seu lar aquele filho que tanto deseja, dando-lhe a assistência, educação, orientação e amparo que são fundamentais para a boa formação de todos os cidadãos.

Certa de que esta Casa saberá melhorar e aperfeiçoar este projeto, entrego-o consciente que o mesmo merecerá ter a sua aprovação, para benefício de muitos menores que agora se encontram no abandono.

Sala das Sessões, 16 de março de 1982. — Laélia de Alcântara.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO CIVIL

Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 5, de 1982 (nº 65/82, na origem), de 25 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Mauro Sérgio da Fonseca Couto, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola.

A matéria constante da pauta da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 16 horas e 15 minutos e volta a ser pública às 16 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os acontecimentos registrados no Rio de Janeiro, onde uma empresa teve depredada parte de suas instalações, pelo fato de não existirem as vagas de empregos esperadas, são bem o retrato do desespero que está se apossando de parcela considerável de nossos assalariados, que desempregados, já estão tomando atitudes descontroladas.

A política econômico-financeira do Governo, que está levando as pequenas e médias empresas à falência, quando lhes retira a capacidade de manter um razoável capital de giro, é a única responsável por esse estado de desesperança, criando a figura do subemprego e liquidando com a classe média, suporte da sobrevivência de indústrias como a automobilística, de eletrodomésticos, etc., etc. e que hoje estão com sua capacidade de produção reduzida a talvez metade, graças ao achatamento salarial imposto a todos aqueles que percebem mais de 5 salários mínimos.

Iremos à miséria se continuar à atual política da área econômica. Estamos entre aqueles que estranham a baixa dos índices de inflação e do custo de vida quando os juros aumentam, os gêneros de primeira necessidade sobem todos os dias, as firmas fecham, as escolas particulares dispensam professores porque inúmeros pais não podem continuar com seus filhos em escolas pagas, o povo já toma menos leite, come menos carne e pão.

Enquanto o desemprego aumenta, as fábricas e firmas comerciais cerram suas portas. O Governo não se interessa em implantar o Seguro Desemprego, cujo projeto de nossa autoria aguarda, como o que protege os idosos e muitos outros, o sinal verde do Palácio do Planalto para poder se transformar em lei e amenizar esses males, por enquanto, controláveis.

Apelo ao Senhor Presidente da República no sentido de autorizar sua assessoria parlamentar a liberar a aprovação desses e outros projetos de autoria de parlamentares, que se transformados em lei poderiam colaborar para a solução de muitos dos graves problemas que afligem nossos assalariados e os pequenos e médios homens de negócio, localizados na indústria, no comércio e no meio rural de nosso País. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cunha Lima.

O SR. CUNHA LIMA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se em São Paulo, exatamente no Pavilhão de Exposições do Anhembi, de 15 a 24 de janeiro passado, a II FENAÇÚCAR — Feira Nacional da Cana-de-Açúcar.

Esse certame, eminentemente técnico, reuniu na capital paulista 185 expositores abrangendo o que há de mais representativo na área dos fabricantes de máquinas leves e pesadas, veículos, equipamentos e peças para os setores alcooleiro e açucareiro do País, além de usinas de açúcar, destilarias, fábricas de embalagens e outros ramos empresariais afins.

O conclave demonstrou plenamente os avanços realizados pelo País no aprimoramento da agroindústria do açúcar e sobretudo o que já se conseguiu fazer no campo da produção do álcool, como fonte alternativa de energia.

Ao lado do aspecto visual que maravilhou a quantos compareceram ao Anhembi no período da II FENAÇÚCAR, tão impressionante foi a amostragem do desenvolvimento tecnológico desse setor industrial, uma outra valiosa contribuição foi prestada pelos realizadores da Feira.

Refiro-me ao Simpósio promovido durante toda a semana, dedicado exclusivamente a temas ligados à produção de açúcar, álcool e outros produtos da cana-de-açúcar.

Altas autoridades ligadas ao setor prestigiam o empreendimento, como o Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia, nosso colega César Cals e o Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Dr. Hugo de Almeida.

Registro, com satisfação, a realização dessa Feira, Sr. Presidente, pelo que ela significa para o progresso econômico do País e também para saudar o seu idealizador, o jovem empresário paraibano Nilso Farias.

Nascido na minha cidade de Campina Grande, desde cedo Nilso Farias demonstrou ser um jovem dinâmico e criativo.

Radicado há vários anos em Minas Gerais, depois de um breve estágio em Fortaleza, sempre promovendo feiras, exposições e outros eventos promocionais, o titular da Firma Nilso Farias Comércio e Empreendimentos Ltda., chegou à capital paulista e ousou realizar no Anhembi, a II FENAÇÚCAR, sua primeira promoção no grande Estado de São Paulo.

Colocado agora entre os principais empresários desse gênero, pois ao Anhembi só chegaram as organizações de primeira grandeza do setor, Nilso Farias está projetando outra importante realização. Trata-se da Feira do

Nordeste em São Paulo, a I FENESP, que buscará demonstrar ao empresariado paulista, a atualidade e as potencialidades da nossa região, que embora sofrida e sacrificada, tem muito o que mostrar e sobretudo o que oferecer.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Conhecido desde os mais remotos tempos, o petróleo decerto acendeu moíres nas caçadas noturnas do homem primitivo e o primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, fala dele, quando diz que Noé calafetou sua arca, por fora e por dentro, com betume.

Conhecido há cerca de cinco mil anos pelos povos da Mesopotâmia, tanto serviu para unir os blocos das pirâmides, como fora empregado nas colunas dos jardins suspensos da Babilônia.

Assim, através dos milênios, captado à flor da terra, ou modernamente arrancado das suas entradas, até sete mil metros de profundidade, esse combustível fóssil tem acompanhado os passos do homem, transformado, depois do motor a explosão, num dos recursos fósseis mais necessários, como fonte energética e impulsor dos transportes.

Suas aplicações, já na Antigüidade, eram diversas: nas construções de pedra, na iluminação doméstica, para alimentar as forjas ou para embalsamar os mortos, na pavimentação de estradas, ou para incender os acampamentos inimigos, em armas de arremesso. Também os povos americanos o conheciam, e variadas foram suas aplicações. Há informes de que os chineses, há milênios, conseguiram retirá-lo de mil metros de profundidade, utilizando bambus, enquanto seus contemporâneos ocidentais iam colhê-lo nas exudações da terra.

Esse precioso óleo também aflorou, a partir do século passado, na França e nos Estados Unidos, tendo sido minerado em 1742 na Alsácia.

A primeira perfuração americana com o objetivo de encontrá-lo data de 1859 quando o Cel. Drake o colheu em Titusville, na Pensilvânia, a uma profundidade de 22 metros.

Aquela descoberta mudaria a face do mundo e, já no início deste século, o petróleo tomaria o lugar do carvão como o mais importante combustível, substituindo o óleo de baleia na iluminação, enquanto a invenção do motor de explosão, no fim do século passado, transformaria a indústria petrolífera na mais importante, dando grande impulso à revolução tecnológica da energia e dos transportes.

No início do século, a produção mundial era de mais de 400 mil barris/dia, aparecendo a Rússia e os Estados Unidos como os maiores produtores, totalizando 379 mil barris de 159 litros por dia, figurando, com cotas inferiores a 7 mil barris/dia, a Polônia, a Rumânia, o Japão e o Canadá.

Depois da 1ª Guerra Mundial, surgiam como produtores o México, a Venezuela e a Alemanha e, em 1920, seu consumo já havia superado o do carvão.

Geólogos e geofísicos, com suas pesquisas, contribuíram para a melhor localização de jazidas e, em 1930, surgiu a indústria petroquímica, impulsionando o refino, enquanto as estradas exigiam cada vez mais a pavimentação asfáltica.

Com a 2ª Guerra Mundial, incrementou-se o consumo, graças ao desenvolvimento da aviação e à multiplicação da tonelagem dos navios.

Descobria-se petróleo abundante no Oriente Médio, no Norte da África e nas plataformas continentais, vendendo-se, entre 1950 e 1973, o produto a menos de dois dólares o barril.

A crise energética

Tão barato era aquele combustível, que muitos países, como o Brasil, passaram a fundar o seu desenvolvimento no transporte rodoviário, do produto extraíndo tanto o asfalto como o óleo diesel e a gasolina, além de inúmeras aplicações industriais dos subprodutos da indústria petroquímica.

Os tecidos produzidos à base de sucedâneos de petróleo saíam mais baratos do que aqueles de fibras, como o algodão, o ramie e o linho.

Enquanto isso, sob regime de concessão, as multinacionais extraíam o petróleo nas diversas partes do mundo.

Mas, em 1960, surgiu a Organização dos Países Produtores de Petróleo e, 13 anos depois, a OPEP, a partir do conflito árabe-israelense, resolveu utilizar aquele combustível como arma política.

Como consequência, o preço de um barril de petróleo, que era de um dólar e cinqüenta centavos em 1972, elevava-se a 32 e 35 dólares em 1981, crescendo mais de vinte vezes em menos de dez anos.

Essa reversão foi principalmente negativa para os países importadores que, como o Brasil, tinham dado ênfase ao transporte rodoviário, incrementando notadamente a indústria automobilística.

Enquanto isso, anunciam-se o esgotamento das jazidas na primeira metade do próximo século, o que, evidentemente, é um exagero.

Pode acontecer, pura e simplesmente, que ele seja encontrado em camadas geológicas cada vez mais profundas e se, atualmente, a exploração de depósitos a mais de cinco mil metros de profundidade é anti-económica, talvez não o seja, dentro de cinqüenta anos, a dez mil metros de profundidade.

No caso brasileiro, o petróleo não aflora, como aconteceu na Alsácia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, no México ou na Bolívia.

Ele já tem sido encontrado à profundidades de quase cinco mil metros, mas, mesmo assim, mostra-se econômica a sua exploração.

Serviu, também a alta do petróleo para o desenvolvimento e busca de outras fontes de energia, capazes de substituí-lo e, no caso brasileiro, estamos encontrando combustível sucedâneo no álcool-motor, que permite a utilização de recursos naturais renováveis, ao mesmo tempo em que propicia a ampliação das fronteiras agrícolas do País.

Mas, encontrado em profundidades variáveis, de duzentos a sete mil metros, o petróleo ainda tem um largo papel a desempenhar na economia mundial, dentro de um século.

Porque, se há fontes de energia que o substituam, nenhum produto, até hoje, forneceu tantos subprodutos em escala industrial, de tecidos a remédios e alimentos, do asfalto ao gás de iluminação.

Sua moderna exploração científica data de 1925, nos Estados Unidos, quando os geólogos identificavam as bacias sedimentares mais propícias à jazida petrolifera, pois se só elas o depositam, nem todas acusam a sua presença.

Hoje, utiliza-se até a aerofotogrametria para a pesquisa geofísica das formações rochosas, com apelos à gravimetria, à magnetometria e à sísmica.

Investimento dispendioso

Identificados, pelos dados geofísicos e geológicos, os possíveis depósitos subterrâneos do óleo, quando se inicia a perfuração ninguém tem certeza de encontrar-se um reservatório.

A perfuração é, sempre, uma exploração a risco, pois pode-se encontrar petróleo, mas não em quantidade que justifique a exploração comercial da jazida.

O trabalho de perfuração é delicado, demorado e caro, mobilizando equipamentos pesados e de alto custo, dezenas de profissionais altamente especializados, engenheiros, eletricistas, mecânicos, sondadores, soldadores principalmente um *pusher*, técnico de comprovada experiência, que praticamente dirige a operação.

Exigem-se de cinqüenta a cem homens para cuidar de uma sonda perfuradora, que trabalha, ininterruptamente, durante 24 horas por dia, para atender à programação, de 800 a cinco mil metros.

São empregadas, nas sondas, brocas de tungstênio, capazes de penetrar nas rochas mais duras, ou então de diamante.

Essa dureza é variável, havendo casos de perfuração de quinhentos metros por dia, ou de apenas dez metros, como acontece na região do alto Juruá, no Amazonas.

Se as brocas têm uma duração média de 40 horas, o Brasil já conseguiu tipos capazes de trabalhar quatrocentas horas.

A PETROBRÁS explora o petróleo tanto no continente como na plataforma submarina e, nos últimos dois anos, vem melhorando o seu desempenho, embora as empresas detentoras de contratos de risco não tenham obtido êxito, até hoje.

Nesta narrativa devemos incluir uma velha reivindicação nossa e de outros parlamentares.

O *royalty* pago pela PETROBRÁS aos Estados e municípios produtores deveria incidir sobre o preço real do petróleo produzido, bem como sobre o petróleo extraído da plataforma submarina.

A Bahia, que sempre produziu a maior quantidade de petróleo nacional, foi ultimamente ultrapassada pela produção da Bacia de Campos, em razão, não apenas das novas descobertas, mas por seus poços estarem diminuindo o volume da sua produção.

Nossa Estado tem sido injustiçado com o pagamento de um baixo *royalty* e que incide sobre um preço aviltado do petróleo do nosso solo.

Bacias sedimentares

Calcula-se a área das bacias sedimentares brasileiras em cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, dos quais oitocentos mil na plataforma marítima.

A última estimativa sobre as bacias terrestres dava o Paraná com um milhão de quilômetros quadrados; o Maranhão-Parnaíba, com 700 mil; o Alto Amazonas com 600 mil; o Médio Amazonas, com cem mil; Marajó-Badajós com 150 mil; Pelotas com 45 mil e os restantes na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Das bacias marítimas, a mais importante é a de Santos, com mais de 200.000 quilômetros quadrados; seguindo-se a foz do Amazonas com 149 mil, Pelotas com 120 mil; Maranhão-Pará com 90 mil, Bahia-Sul-Espírito Santo com 72 mil; Rio Grande do Norte com 16 mil, além de ocorrências em Alagoas, Sergipe, Bahia Norte e Recôncavo-Almada.

Na plataforma marítima, a lâmina de água está entre 200 e 2 mil metros, utilizando-se plataformas de aço ou navios-sonda.

A maior lâmina vencida, de cerca de 300 metros, foi a Bacia de Santos, pela Exxon, enquanto as zonas de maior interesse no Nordeste se situam as lâminas de água até uma profundidade de 200 metros.

Produção e Consumo

O consumo do petróleo no Brasil vem sofrendo, a partir de 1954, constante incremento, mais notável a partir de 1979, enquanto a produção, depois de apreciável aumento entre 1957 e 1965, reduziu o seu crescimento, aumentando a nossa dependência de 61,4% em 1967, para 84,9% em 1979, notando-se, no último biênio, melhor desempenho, que pode ser ultrapassado este ano.

Em 1954, a PETROBRÁS produzia 2.712 barris, enquanto importávamos 159 mil barris diários numa dependência de 93,3%.

Já em 1967, importávamos 385 mil barris enquanto produzíamos 148.684.

Se, em 1974, a produção superou os 182 mil barris, a importação foi de 825 mil barris, numa dependência de quase oitenta por cento.

Os investimentos têm sido sempre crescentes, de 155 milhões de cruzeiros em 1954, para mais de 29 bilhões em 1979 e cerca de 57 bilhões em 1980.

Já se espera, para este ano, uma média diária de produção nacional acima de 250 mil barris, representando um incremento de 11,1% sobre a produção do ano passado, quando ultrapassamos os 223 mil barris.

Enquanto isso, deverá operar uma trinacional, compreendendo a PETROBRÁS, PEMEX, do México e PETROVEN, da Venezuela, ultimando-se as providências jurídicas para a sua constituição, que deverá estar completa ainda neste semestre.

Visa-se, com essa empresa, à troca de tecnologia e ao intercâmbio de informações, úteis aos produtores de petróleo na América Latina.

O Ministro César Cals já anunciou que a trinacional poderá operar também na África, onde vários países preferem contratar empresas estatais para a prospecção de petróleo em seu território, tanto mais quanto a nova empresa se dedicará também a refino, assistência técnica e formação de mão-de-obra.

Esperamos que este ano o Brasil reduza sua dependência em relação ao petróleo, não só pelo incremento de sua produção, bem como da diminuição da importação.

A conta petróleo, em nossa balança comercial, na qual previa-se um débito de mais de 10 bilhões de dólares, poderá ser reduzida para 9 bilhões ou um pouco mais, mas diminuída mais ainda se computarmos nossas exportações de derivados de petróleo. Poderemos ter alguma coisa abaixo dos 8 bilhões de dólares líquidos como despesa final da conta petróleo.

A PETROBRÁS vem, acertadamente, aplicando grande parte dos seus recursos na prospecção. Quanto mais sondas perfurarem nossos solos menor será nossa dependência neste setor.

A PETROBRÁS Distribuidora faturou, no ano passado, a média de quinhentos milhões de cruzeiros por mês, dispondo de 29 depósitos próprios, 34 de armazenamento conjunto e dez em pool, além de 72 em aeroportos e bases aéreas, 35 postos de entrega e uma capacidade de tancagem de um bilhão, 580 mil e 851 metros cúbicos de combustível.

A empresa tem uma renda bruta média anual de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares com a exportação de derivados de petróleo.

Enquanto isso, o lucro por ação da PETROBRÁS, nos primeiros nove meses do ano passado, chegava a cento e trinta e um por cento, quase o dobro da taxa inflacionária.

Encerrando o ano de 1981 com quase duzentos e cinqüenta mil barris diários, a previsão mais pessimista espere, até 1985, uma produção superior a quatrocentos e cinqüenta mil barris diários, o equivalente a quase cinqüenta por cento da importação.

O desempenho da PETROBRÁS e do PROÁLCOOL, do carvão, da exploração da biomassa, das energias eólica e solar, podem autorizar-nos a previsão de que, até o fim desta década, teremos conquistado a auto-suficiência energética que tanto perseguimos.

Era o que tínhamos a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 33, de 1982, do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão.)

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 11-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ LINS (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi um telex do Governador Ary Valadão que me parece importante. Por isto, passarei a lê-lo neste Plenário, no que mais interessa.

É o seguinte:

Exmº. Sr.
Senador José Lins
Senado Federal
Brasília — DF.

O meu Governo, dentro do seu plano de trabalho, se propôs dotar o Estado de Goiás de uma malha viária capaz de incrementar a produção agropastoril, hortigranjeira e extração das riquezas minerais. Para tanto, busquei apoio financeiro junto a organismos internacionais de crédito, procurando encontrar uma entidade que financiasse parte do programa a juros mais baixos. Realizados, os contatos, concluiu-se que a melhor oferta era a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já havia financiado programas desse gênero para os Estados do Paraná e Santa Catarina. Desse forma foram iniciados os entendimentos, elaborados os projetos de engenharia e estudos de viabilidade econômica, com o referido estabelecimento de crédito aprovando, dentre as rodovias apresentadas.

Aquelas que se enquadram dentro da política de empréstimo do BID, ou seja, as obras de maior alcance sócio-econômico. Os trechos rodoviários que integram o "Programa de Rodovias Alimentadoras" foram escolhidos dentro orientação do BID, pois atenderão a municípios que estão entre os maiores produtores agropecuários do Estado e que poderão duplicar sua produção, se lhes forem dadas condições de escoamento. Face a grande importância econômico-Social desse programa e à vista do telex encaminhado pela representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil, cujo teor é o seguinte: "Rio de Janeiro, março, 3, 1982 — Exmo. Sr. Ary Ribeiro Valadão — DD. Governador do Estado de Goiás — Goiania — referência empréstimo 406/00-BR-Rodovias Alimentadoras Goiás — agradecermos tomar nota prazo assinatura contrato empréstimo e garantia vencerá 18 abril próximo sendo difícil diretoria Banco considerar prorrogação prazo novamente", solicito de Vossa Excelência a especial gentileza de enviar esforços possíveis no sentido de que o Senado Federal aprove, antes do dia 15 de abril vindouro o pedido de autorização formulado pelo Governo de Goiás para contrair aludido empréstimo junto BID, destinado dar suporte financeiro realização programa de suma importância desenvolvimento meu Estado. Certo de poder contar, mais uma vez, valioso apoio V. Exº para a solução problemas Estado Goiás antecipo agradecimentos e renovo-lhe protestos mais alta estima e consideração. Atenciosas Saudações. — Ary Ribeiro Valadão, Governador do Estado.

Sr. Presidente, como este caso do Governo de Goiás há inúmeros outros Estados na mesma situação. Todos sabemos que o BID é uma agência de desenvolvimento que age junto aos países mais necessitados. Os seus empréstí-

mos são feitos a longo prazo, em geral de 20 a 40 anos e a juros baixos — dependendo do tipo de programa, de 2 a 5%, ao ano. São, portanto, recursos destinados especialmente à cooperação internacional, no caso particular, trata-se de programas para o desenvolvimento brasileiro.

Esse caso de Goiás é um caso típico. Muitos outros Estados estão na mesma situação. Há, ainda, o caso dos empréstimos internos, que há cerca de um ano e meio não estão sendo liberados e que estão levando ao colapso os programas de abastecimento d'água, de esgoto, de construção de escolas, de postos de saúde, de hospitais, em suma, quase tudo de âmbito social.

Não há necessidade de outros comentários. O telex fala por si e o apelo fica feito à nobre Oposição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 11-3-82, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ LINS (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, o debate é importante. A matéria também o é. Por isso, tentarei desfazer alguns mal-entendidos do Senador José Fragelli, na interpretação do texto desse projeto de lei.

A atribuição dos Estados, de legislar sobre ICM, pela própria condição constitucional, é limitada. O ICM é um imposto nacional, no sentido de que a norma geral é a mesma para todos eles. Se os Estados fossem livres para legislar sobre o ICM, a balbúrdia tarifária no País seria enorme e, certamente, os mais pobres dentre eles seriam os mais prejudicados. Aliás, a ementa do projeto de lei em análise se refere a essa condição de generalidade, quando diz: "... altera o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de Direito Tributário..."

O Sr. José Fragelli (Aparte fora do microfone. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ LINS — É sempre um prazer, nobre Senador José Fragelli, ouvir V. Ex^e. Ouvi, ainda há pouco, quase com encantamento as suas dúvidas e as suas preocupações. Agora gostaria de comentar o texto, para esclarecer o verdadeiro objetivo da mensagem.

Leio o art. 1º:

Art. 1º Ficam acrescentados ao art. 2º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

"Art. 2º

§ 9º Quando for atribuída a condição de responsável ao industrial, ao comerciante atacadista ou ao produtor, relativamente ao imposto devido pelo comerciante varejista, a base de cálculo do imposto será: ..."

Como se vê, esse artigo simplesmente reativa a figura da condição de responsável pelo pagamento do imposto para, em seguida, definir as condições dessa responsabilidade. Todas as alíneas do § 9º, são dirigidas para a definição da base de cobrança de imposto.

Para exemplificar, vejase a alínea "a" que define como base da cobrança:

a) o valor da operação promovida pelo responsável, acrescido da margem estimada de lucro do comerciante varejista obtida mediante aplicação de percentual fixado em lei sobre aquele valor;

Veja V. Ex^e que à lei estadual caberá apenas definir a mencionada margem de lucro.

Como se vê o objetivo desse artigo é definir o responsável pelo imposto. Suponha V. Ex^e que um vendedor atacadista compre arroz de centenas ou de milhares de produtores. O governo estadual pode definir, como responsável pelo tributo não o produtor, mas o comerciante, o atacadista ou o industrial.

Como se vê, o projeto é altamente desburocratizante e é esse, fundamentalmente, o seu objetivo. Torna-se, às vezes, impossível ao Governo cobrar imposto da pessoa que vende a mercadoria, embora todos tenham que pagá-lo, vez que a lei é a mesma para todos. Mas, é difícil cobrar imposto de milhares de pequenos produtores em geral despreparados para exercer essa obrigação e por isso mesmos sujeitos a embaraços pela burocacia. O que quer, então, o Governo? Quer dar suporte legal a uma norma que já é praticada em todo o País: a cobrança através de um responsável único, da obrigação devida por cada um. Repito: o atacadista será o responsável pelo pagamento do imposto dos pequenos produtores.

O Governo, nesse caso, não está recebendo por antecipação. O imposto que devia ser pago pelo pequeno produtor que leva o seu produto para vender ao grande comerciante, será pago na operação seguinte. O Governo não o re-

cebe na hora da operação; adia o recebimento e só vai receber-l-o na operação de venda executada depois, pelo atacadista.

V. Ex^e se engana pois, completamente, quanto à interpretação do art. 1º desse projeto de lei.

Vamos agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao art. 2º. Diz esse artigo:

Art. 2º bFica acrescentado ao art. 3º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, o seguinte parágrafo:

"Art. 3º

§ 7º A lei estadual poderá estabelecer que o montante devido pelo contribuinte, em determinado período, seja calculado com base em valor fixado por estimativa"...

O que quer dizer isto? Isto significa que o Governo vai desobrigar os pequenos vendedores de manter uma complicada escrituração de imposto. Suponha V. Ex^e um pequeno vendedor de arroz ou de leite, uma pequena padaria do interior ou o que for: a cada venda que faz, no balcão, terá que lançar o imposto, o que é quase impossível. Quem compra em uma pequena padaria sabe que isso dificulta as vendas.

O que pretende pois o Governo? Pretende que essas pequenas casas comerciais possam pagar os seus impostos por estimativa do volume de seus negócios. Admite ainda o projeto que essa estimativa pode ser reavaliada e se não quanto a possível excesso de avaliação:

"... garantida, ao final do período, a complementação ou a restituição em moeda ou sob a forma de utilização como crédito fiscal."

Qual é a vantagem? O pequeno distribuidor não vai precisar manter a burocacia de uma escrita altamente repetitiva das vendas diárias, inúmeras e pequeninas vendas, tirando notas fiscais de cada uma delas, o que é sem dúvida onerosa. Repito, Sr. Senadores, que é quase impossível ao pequeno comerciante pagar imposto, venda por venda, operação por operação.

O Sr. Lázaro Barboza — É praticamente impossível ao pequeno comerciante obter o resarcimento das quantias pagas.

O SR. JOSÉ LINS — Mesmo V. Ex^e não podendo dar o aparte que não pediu, eu o aceito. Pelo menos isso mostra que V. Ex^e não deseja entender a questão. Simplesmente, esquece de dar atenção a qualquer argumento. Afinal de contas, para que estamos debatendo a matéria?

O Art. 2º pretende, portanto, apenas, que o pequeno comerciante ou o pequeno contribuinte possa pagar o seu imposto por estimativa, desobrigado de manter uma repetitiva e onerosa escrita de impostos.

O Sr. Henrique Santillo — Mas não é isso o que ocorre na prática.

O Sr. Lázaro Barboza — A prática é uma, a teoria é outra, nobre Senador.

O SR. JOSÉ LINS — Leio para V. Ex^e, em complementação, um comentário técnico sobre esse assunto:

"A sugestão do § 7º acrescentado ao Art. 3º do Decreto nº 406, inspira-se — note-se bem — nas reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal que considera legal o sistema de lançamentos por estimativa, desde que permita o acerto financeiro no final do período.

"O contribuinte é beneficiado com a implantação do sistema, pois que fica dispensado da escrituração dos livros fiscais. Em geral, se lhe exige, apenas, o registro de compras — nesse caso agora — e da emissão de documentos. Seus custos administrativos são grandemente diminuídos; por vezes. Mesmo, este livro é dispensado e verifica-se o movimento comercial apenas pelas notas de compra."

Complementarei, Sr. Presidente, este comentário, dando conhecimento do acordão do Tribunal Pleno do Rio de Janeiro, que se manifesta sobre um recurso contra o Estado, que já implantou sistema semelhante.

O Sr. José Fragelli — Do Rio de Janeiro, do Estado, e não da União.

O SR. JOSÉ LINS — Sim. Diz aqui o Art. 9º do Decreto nº 10 estadual, de 7 de abril de 1969:

"Art. 9º O valor da saída de mercadorias, base do cálculo do imposto, poderá ser estimado por ato da autoridade fiscal, nos casos em que:

I — o estabelecimento realizar operações tributáveis, em valor mensal inferior a 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo em vigor no Estado;

II — a natureza das operações realizadas pelo estabelecimento ou as condições em que se realize o negócio tornem impraticável a emissão de nota fiscal;

III — a critério da autoridade fiscal, se tornar conveniente para a defesa do interesse da Fazenda.

§ 1º — Para efeito de estimativa do valor de que trata este artigo, a autoridade fiscal terá em conta:

a) o período mais significativo para o tipo de atividade do contribuinte;

b) o valor médio das mercadorias adquiridas para o emprego ou revenda no período anterior;

c) a média das despesas no período anterior;

d) o lucro estimado, calculado sobre os valores constantes das letras b e c.

§ 2º — O valor da estimativa será fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.”

Vem, em seguida, os pareceres do Tribunal com os votos dos Ministros Rodrigues Alckmin e Xavier de Albuquerque, todos de acordo com a legalidade do Decreto.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Poderá V. Exª encaminhar, mas não poderá conceder apartes.

O SR. JOSÉ LINS — Do ponto de vista legal, não se configura qualquer problema; do ponto de vista da desburocratização, o projeto é uma necessidade.

Examinemos agora, Srs. Senadores, o 3º artigo. Este acrescenta ao Art. 6º do Decreto-lei nº 406, dois parágrafos, um dos quais define a condição dos responsáveis pelo imposto a cobrar.

O assunto se vincula ao art. 1º, que não chega a definir, referindo-se apenas à maneira de calcular a base do imposto.

É importante que o nobre Senador José Fragelli perceba o sentido desse artigo.

Diz ele: “A lei estadual poderá atribuir” — poderá — “a condição de responsável”:

a) ao industrial, comerciante ou outra categoria de contribuinte, quanto ao imposto devido na operação ou operações anteriores promovidas com a mercadoria ou seus insumos;

Não vou adiante.

Ora, o pequeno produtor participa sempre de uma operação de venda anterior à do industrial ou do comerciante. Logo, nada há, aí, que o prejudique.

O Sr. Henrique Santillo — “Ou operações anteriores...”

O SR. JOSÉ LINS — Exato: “quanto ao imposto devido nas operações anteriores”, exatamente aquelas dos pequenos produtores.

Diz, em seguida, a alínea “b”:

“ao produtor, industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido pelo comerciante varejista.”

O efeito é diferente: enquanto a letra a refere-se a operações anteriores, aqui se trata da operação seguinte. Aqui o imposto é, realmente, cobrado por antecipação.

c) ao produtor ou industrial, quanto ao imposto devido pelo comerciante atacadista e pelo comerciante varejista;

Aqui também é efeito para adiante.

O Sr. Henrique Santillo — A letra “b” é aquilo que o Senador José Fragelli analisou!

O SR. JOSÉ LINS — Sim! Mas aí o responsável é o atacadista, nobre Senador. É a ele que cabe pagar o imposto da operação anterior; isso é, quando comprou. É claro!

Vejamos a letra d:

d) aos transportadores, depositários e demais encarregados da guarda ou comercialização de mercadorias.

Aqui simplesmente procura-se evitar que a mercadoria seja transportada sem os documentos fiscais. Se um caminhão é apinhado conduzindo mercadorias sem documentos, não se podendo identificar o responsável, então o transportador será responsabilizado.

Como se vê, Srs. Senadores, o projeto é objetivo. É importante e necessário. Visa à desburocratização, visa regulamentar o que os Estados estão praticando e o que os tribunais estaduais estão homologando.

Faria uma proposta aos nobres colegas. Eu não aceitaria, Sr. Presidente, reafiar o projeto. Nós já não votamos o que está na pauta, quanto mais o que sai da pauta — não há possibilidade disso. Mas, como há dias não votamos nada, eu concordaria em manter a pauta atual enquanto estudamos o projeto por mais uma semana, para melhor nos esclarecermos mutuamente, sem ideias preconcebidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 15-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PÚBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Exatamente no dia de hoje, o governo do General João Baptista Figueiredo completa três anos, ou seja, metade do mandato previsto da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, a qual, apesar da denominação pomposa, não passou de um componente do “pacote de abril”.

O triénio coberto, ao lado de avanços inegáveis no campo político (exemplificados pela lei da anistia e pelo abrandamento da censura aos órgãos de divulgação), apresentou também recuos injustificados, dizendo melhor, retrocessos, como o foram a prorrogação dos mandatos municipais e o “pacote de novembro” de 1981.

Este último, ao lado de uma característica até então nunca vista, de ser um pacote aberto, mantém essa feição devido à sua finalidade, qual seja a de distorcer o resultado do pleito eleitoral de 1982 e viabilizar, em consequência, a representatividade do Congresso Nacional, muito embora, vale a lembrança, estás fosse a pedra angular de uma construção democrática, de vez que na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em setembro de 1979, o General João Baptista Figueiredo assegurou estar o seu sonho de democracia “fundado na legitimidade da representação política do povo”.

Na verdade, Sr. Presidente, legítimo é somente o processo de consulta purificado de “influências desfigurantes e comprometedoras”, de onde decorra uma representatividade expressiva das muitas facetas da opinião pública, conforme desejava o General João Baptista Figueiredo em seu discurso de posse.

Os bons propósitos inseridos nesse pronunciamento sofreram contestações explosivas, de tal forma que “a mão estendida em conciliação”, reafirmada em março de 1979, aos poucos foi sendo recolhida, culminando esse retrairo com a edição do famigerado “pacote de novembro”.

No momento deste, o diálogo entre a Oposição e o Governo ia adiantando, estando o Ministro da Justiça credenciado pelo General João Figueiredo para os entendimentos necessários à definição das regras eleitorais.

De uma hora para outra, quando no fundamental se chegara a um acordo, que o Sr. Abi-Ackel deveria submeter ao Presidente da República, essas negociações foram desautorizadas por intermédio de uma nota marginal, que assim caracterizamos pelo seu processo encoberto de elaboração, a qual no entanto determinou finalmente os rumos da legislação eleitoral subsequente. A diluição dos bons propósitos governamentais se consagra na última mensagem do Governo ao Congresso Nacional. Ainda quando procura ser afirmativo, esse documento nada mais consegue do que transferir toda a nossa atenção para a realidade do País, que a ele escapou.

Além disso, Sr. Presidente, o General João Baptista Figueiredo ali coloca uma adjetivação ociosa ao lado do termo democracia, quando dele mesmo partiu, em setembro de 1979, em jantar oferecido à bancada paulista na Câmara dos Deputados, uma outra maneira de ver o problema, oportunidade em que assegurou o seguinte: “A nossa democracia deve ser uma democracia sem adjetivos”.

A verdade é que, decorridos três anos de Governo, chegamos à existência de dois governos em um. O primeiro, aquele dos primeiros tempos, uma parte encerrada em Florianópolis, quando os esforços para aproximar o Chefe do Governo da população resultaram num incidente desagradável, de agressões mútuas. Então, tinhão apoio e crédito as repetidas afirmações de fazer do País uma democracia, tanto assim que ali mesmo em Santa Catarina o General João Baptista Figueiredo, ainda sob os efeitos do episódio anterior, ao dizer — “continuo afirmando que não vou mudar” —, lembrava também que já avisara antes não ser capaz de mudar face à circunstância.

Houve, porém, essa mudança, e o que temos hoje é um segundo governo. A imagem inicial sofreu uma desestabilização crescente, que culminou em 1981, ano fértil em acontecimentos definidores, como o atentado ao Riocentro, a queda do General Golbery, a ascensão do Sr. Aureliano Chaves e, por fim, o fecho de tudo, o “pacote de novembro”.

Não só no que respeita a Governo, há dois em um, o imaginado e o real, Sr. Presidente, de vez que é possível verificar que outros aspectos ocorreu processo semelhante.

Quando assumiu, em março de 1979, o General João Baptista Figueiredo considerou o combate à inflação condição preliminar do desenvolvimento.

Então, o índice geral de preços, o mais amplo indicador de inflação, apresentara uma variação da ordem de 40,8% em 1978.

Já em dezembro de 1979, poucos tinham dúvidas quanto à aceleração do processo inflacionário e também sobre a incapacidade do Governo detectar as verdadeiras causas dessas elevações crescentes de preços, e portanto organizar eficientemente a redução dos diversos índices, que forçavam passagem no sentido de ultrapassar a marca dos 100%.

No entanto, em pronunciamento à Nação, o Chefe do Governo anunciou a denominada maxidesvalorização cambial, que tardara, segundo disse, porque antes foram fixadas as medidas e providências "capazes de propiciar, daqui para a frente, um controle mais efetivo e seguro sobre as fontes de pressão inflacionária".

Por três vezes, naquela noite, o General João Baptista Figueiredo recusou o caminho da recessão. Logo no princípio, quando afirmou: "a recessão econômica está inteiramente afastada de meus propósitos". Depois, ao considerar a redução do déficit público e a expansão do crédito livre (que propunha) chaves da política de combate à inflação sem crises de liquidez e, portanto, sem caráter recessivo, assegurou que esse conjunto de medidas revelava "o cuidado em não lançar mão de qualquer expediente de caráter recessivo".

Por fim, no tocante à reestruturação energética, citando os exemplos do Japão e de grande parte da Europa, afastou a hipótese de reduzir importações e ampliar os excedentes exportáveis, passando a menores taxas de crescimento econômico, por ser essa fórmula "inaceitável para um país com as características do Brasil, pelo custo social que estaria associado à elevação, ainda que temporária, das taxas de desemprego e da queda nos níveis de renda real da população".

Qual foi a resposta obtida em função desse conjunto de medidas?

Quinze meses depois a inflação atingia o mais alto nível de toda a História do País, ou seja, 120,1%, em março de 1981.

Ao mesmo tempo, a maxidesvalorização encheu o bolso de muitos, enquanto o déficit comercial, em 1980, somente sofreu redução insignificante em relação ao ano anterior, de aproximadamente 10 milhões de dólares. (Déficit comercial, em 1980: 2 bilhões e 829 milhões de dólares.)

Cresceu a pressão da dívida externa, pelo peso especialmente do seu serviço, que passou a ser o motor de novos endividamentos.

O serviço da dívida (considerando os juros líquidos) passou de 10,6 bilhões de dólares, em 1979, para 11,3 bilhões, em 1980.

De fato, de um ano para outro o crescimento atingiu um percentual moderado. Ocorre, porém, que já em meados de 1979, e particularmente em março e abril de 1980, as taxas internacionais básicas de juros pressionaram no sentido de alta.

Cresceu a impaciência dos banqueiros credores da elevada dívida externa brasileira, os quais passaram, Sr. Presidente, a impor ao País, segundo um bem informado jornal dos Estados Unidos, condições muito mais duras do que as obtidas no passado.

Em junho de 1981, em visita a São Paulo, um executivo do maior credor da dívida externa brasileira confirmava que "no final do ano passado (referindo-se a 1980), os banqueiros internacionais não queriam emprestar ao Brasil".

Um receituário, considerado o melhor para o País pelo Fundo Monetário Internacional, passou a ser aplicado pelas autoridades econômico-financeiras brasileiras, enquanto se discutia, inutilmente, se deveríamos ir, ou não, solicitar assistência àquele órgão internacional.

Uma dívida externa de 60 bilhões de dólares exigiria, em 1981, um pagamento de 16,8 bilhões de dólares, entre amortizações e juros líquidos. De um lado, portanto, cabia evitar a qualquer custo o crescimento do endividamento, havendo também a necessidade de assegurar recursos em divisas para o pagamento dos compromissos anteriormente assumidos.

A recessão seria a resposta final, Sr. Presidente, ainda que significasse sacrifícios imensos, em termos de desemprego e redução do ritmo de crescimento econômico.

A solução que triunfava, sob o comando de um mesmo Governo, era a contrária à orientação da plataforma global que durante o ano de 1979 o General Figueiredo apresentara.

Da mesma forma que no campo político, na economia a rendição estava clara, apesar da tentativa, que a ninguém convenceu, de apresentar como sinais de êxito uma inflação de 95,2% (belo êxito!) e um superávit comercial de 1,2 bilhão de dólares, no ano que passou.

Conforme já afirmamos em várias oportunidades, trata-se de um superávit ilusório e a um custo social brutal.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^e faz bem em se deter nesse balanço sobre os três anos de Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, e as suas palavras expressam o pensamento de toda a nossa Bancada.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Muito obrigado a V. Ex^e

*O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^e que é um estudioso chega a uma conclusão melancólica, qual seja, o saldo negativo no plano político e no plano econômico, até o dia de hoje, do Governo do Presidente João Figueiredo. No plano político institucional, eu diria, repetindo o que já afirmei nesta Casa, que o Governo do Presidente João Figueiredo pode, hoje, ser dividido em um período anterior e outro período posterior ao episódio do Riocentro. Aquele episódio foi marcante, diminuiu demasiadamente a autoridade de Sua Excelência à frente do Governo. E se fizermos uma comparação com o período anterior do Presidente Ernesto Geisel, chegaremos à conclusão de que o seu antecessor, apesar de merecer de nós todo os reparos, todas as críticas pelo menos tomou nas mãos as rédeas do poder e houve momentos em que, inclusive, mereceu, senão os aplausos, pelo menos o respeito da Oposição, quando demitiu o General Ednardo D'Ávila do II Exército, em São Paulo, numa demonstração evidente de que o seu Governo não admitiria que prosseguisse, ali, o ostensivo desrespeito aos direitos do homem, e quando demitiu o Sr. Ministro do Exército, o General Sylvio Frota, que estava conspirando ostensivamente para derrubá-lo da Presidência da República. No plano político propriamente dito, o General Figueiredo que, atendendo aos reclamos populares, às exigências da sociedade brasileira organizada por todas as suas lideranças, concedeu a anistia e convocou eleições diretas para governadores de Estado, logo depois começou a retroceder nesses casuismos vergonhosos, que nos deixam mal não só interna como externamente, na franca decisão pessoal e política de transformar essa abertura política tão preconizada de mão estendida numa democracia *sui generis*, numa democracia onde só quem pode ganhar as eleições são os candidatos apoiados pelo PDS e pelo Governo. No plano econômico é isso a que V. Ex^e se reporta, são os índices inflacionários subindo sempre com ligeiras atenuações, no contexto de uma política quase no contexto de choque à inflação que resultou nessa recessão sem precedentes na nossa história que só faz levar o povo, a massa trabalhadora ao desespero, à fome, à miséria, com o desemprego e o subemprego a cada dia mais aumentando. Essas são as palavras, nobre Senador Evelásio Vieira, com que nós, infelizmente, podemos saudar o terceiro ano de Governo do Presidente João Baptista Figueiredo.*

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Muito obrigado. Sr. Presidente,

Em março de 1979, ao receber a faixa presidencial, o General Figueiredo prometia "garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido".

No entanto, dois anos depois, uma orientação indesejável pela maioria da população reduziu o essencial para o cumprimento da garantia de remuneração mais justa prometida.

Cresceu o desemprego com a recessão econômica nos principais centros do País, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, atingindo percentuais bastante elevados (superiores até a 10%) da população economicamente ativa.

A crise atingiu também outros centros menores, talvez até com mais intensidade, de vez que nesses o emprego é difícil, com raras exceções, mesmo em épocas de prosperidade.

Que providências efetivas adotou o Governo para evitar o agravamento dessa situação?

Amarrada pela política econômica recessionista, a mais alta administração do País preferiu assistir de forma passiva ao aumento do desemprego, muito embora alguns setores governamentais manifestassem vez por outra boa vontade no sentido de formular um programa de emergência para absorção de mão-de-obra.

Segundo estimativa do Departamento de Estatística e Estudos Socio-Econômicos — DIEESE, o total de desempregados, somente no setor industrial, atingiu a 1 milhão, em 1981. Considerando, além disso, que para cada posto de trabalho industrial corresponderiam três no comércio, serviços, etc., o quadro de desemprego seria bem mais grave, sem considerar o subemprego, que, num País como o Brasil, sempre apresenta totais mais elevados que o desemprego aberto, em função do baixo potencial de absorção de mão-de-obra pelo sistema produtivo.

A tendência é de uma piora nesse quadro, tendo em vista que um documento governamental — o Orçamento Monetário —, não que aplaude a estratégia adotada, pelo seu acerto, confirma a manutenção das linhas básicas da

atual política econômica, e informa, além disso, que em 1982 as margens para recuperação do ritmo de crescimento econômico continuarão sendo ditadas, basicamente, pelas limitações impostas pelo balanço de pagamentos.

Pouco se pode esperar, Sr. Presidente, de recuperação, isto sim, das promessas do General Figueiredo, feitas no início do seu Governo, no que respeita aos aspectos sociais do desenvolvimento.

Pela primeira vez, em mais de trinta anos, os índices de crescimento do produto brasileiro apresentaram resultado negativo.

O que isso significa?

Exatamente uma redução na quantidade de bens disponíveis e ao alcance da sociedade, quer dizer, uma queda na riqueza global do País.

Pior, essa diminuição ocorre junto a uma crescente concentração de rendas no setor financeiro.

Um quadro assim somente agrava o lamentável estado de certo sindicadores, como saúde, educação, alimentação, habitação e outros.

Sem recursos financeiros, como pôde um trabalhador manter os filhos na escola, adquirir livros e cadernos, providenciar uniformes e outras despesas necessárias? Da mesma forma, ainda que receba uma habitação razoável, onde encontrará meios para cobrir as prestações, se outros encargos pessoais e familiares exigem cada vez mais do seu orçamento?

A situação é idêntica no que respeita à saúde, a qual, muito embora deve ser providenciada pela Previdência Social, o é na forma conhecida, precária e cada vez mais cara.

Por certo conhecendo as dificuldades que iria enfrentar nesse campo, o General Figueiredo foi menos enfático, neste ponto, no seu discurso de posse. Cautelosamente reafirmou que cada brasileiro tem direito a receber, mas do Estado, os cuidados básicos com sua educação, saúde, assistência médico-social, etc.. Deixou de assumir um compromisso maior em relação a isso tudo, no que acertou.

Essa indefinição, afi notada, é a marca de um Governo, que ora atinge três anos, sem que saibamos onde pretende ir de hoje para amanhã. No corpo-a-corpo com a realidade, na improvisação, segui o Governo à deriva, afundando na dívida externa, no desemprego, comprovando aqui e ali a sua neficiência pelos aumentos clamorosos dos serviços públicos, quase quadruplicando em um ano a dívida interna, exigindo no preço da gasolina recursos para programas duvidosos, como o de energia nuclear.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço V. Ex^e, com prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Também estou ouvindo V. Ex^e...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Isto muito me honra.

O Sr. Jorge Kalume — ...com todo o respeito. Quero dizer que respeito o ponto de vista de V. Ex^e como homem de Oposição que não sabe radicalizar. Mas, eu gostaria de evidenciar os propósitos sadios do Presidente João Figueiredo nestes três anos de Governo profícuo, procurando desenvolver o País em todos os setores, especialmente no campo político. Haja visto que se não estivéssemos numa democracia, não teria havido essa incorporação da qual V. Ex^e está fazendo parte. Era apenas isto o que eu queria registrar. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Ex^e tem razão. O Governo lutou por todos os meios para que a incorporação fosse impeditida, mas não o conseguiu. V. Ex^e falou num Governo profícuo. Realmente, é altamente profícuo quando nós contemplamos, com tristeza, que a nossa dívida externa cresce e nos retira a nossa soberania; quando a dívida pública interna dobrou e, ao final deste ano, deverá ultrapassar os 6 trilhões de cruzeiros.

O Sr. Jorge Kalume — Todos os países do Terceiro Mundo estão atravessando esta fase difícil como resultante da conjuntura internacional.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Permite V. Ex^e que eu responda ao seu aparte?

O Sr. Jorge Kalume — V. Ex^e tem todo o direito de responder.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — É o problema do subemprego que cresceu extraordinariamente; é o problema do desemprego que nós não conhecemos desde 64, e que hoje é o nosso grande câncer social; é o problema de habitação; é o problema da queda na qualidade do ensino neste País, da saúde, o rombo da Previdência Social. Nós estamos no Brasil cercados por problemas sérios e que se agravaram nos últimos três anos. Seria graças ao Governo profícuo do Senhor General João Baptista de Oliveira Figueiredo?

Sr. Presidente, prossigo:

Além do mais o Ministério do General Figueiredo, dissolvido em contradições e questiúnculas, não atendeu ao pressuposto do qual partiu o próprio

Chefe do Governo, que, a 19 de março de 1979, na primeira reunião ministerial, admitiu que seus ministros saberiam trabalhar coesos, em equipe.

Isto não ocorreu, e melhor do que ninguém coube ao vice-Presidente Aurélio Chaves, em setembro de 1981, fazer a crítica, ainda que velada, do referido Ministério, ao considerar qualidades de uma equipe de governo ser "harmônica e coesa, parcimoniosa, discreta no falar, diligente no agir".

A lembrança não era ociosa pois fora recente a exoneração do General Golbery, valendo também recordar que muitos dos desligamentos ocorridos na equipe ministerial do General Figueiredo tiveram como motivação desentrosamentos dentro do próprio grupo de Ministros.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço V. Ex^e.

O Sr. José Lins — Senador Evelásio Vieira, V. Ex^e pinça um momento histórico do campo econômico brasileiro...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Político e social.

O Sr. José Lins — Político e social. No ano passado tivemos realmente uma queda do produto interno. V. Ex^e critica o Governo por isto. Lembro-me de que, em 1963, a inflação rondava os 90%; no entanto, mesmo com as medidas adotadas pelo Presidente Castello Branco, a inflação não se deteve, porque os efeitos de tais medidas não podem ser imediatos. Elas precisam de um certo tempo de maturação para produzirem resultados. As consequências paralelas também existem. Durante o Governo Castello Branco graves problemas afetaram o setor privado. Muitas empresas foram à falência, como resultado de uma política de austeridade que preferia sacrificar o particular ao bem geral. A partir daí o País entrou num período de grande crescimento econômico, chegando a taxas muito altas como V. Ex^e sabe. Com as duas crises do petróleo voltamos a ter sérias dificuldades. Muita gente minimiza o efeito dessas crises, em vez de simples acidentes passageiros, elas foram realmente graves não só para o Brasil, mas para muitos países. É costume da Oposição criticar essa afirmação. Mas, ela é absolutamente correta. Basta que se diga que a despesa com petróleo cresceu de cerca de 600 mil dólares para cerca de 10 bilhões por ano. Se V. Ex^e somar, por alguns anos, essa diferença estúpida de custo de importação de energia, V. Ex^e há de ver que sua influência na dívida só pode ter sido muito grande. O País tentou livrar-se dessa crise através de uma sistemática que não reduzisse o seu processo de crescimento econômico. Infelizmente isso não foi possível, no ano passado. O que devemos, porém, realçar, é a coragem do Presidente João Baptista de Figueiredo, de adotar medidas que não são agradáveis ao povo. Ao contrário, são medidas de sacrifício. Mas, mesmo tratando-se de um período em que as eleições estão à vista, o Governo teve a hombridade de buscar agir de modo a cumprir com o seu dever. Não se trata de sacrifícios desnecessários, por isso mesmo à vista das eleições, o Presidente teve a coragem de tomar essas medidas. Os resultados não são bons, de um ponto de vista imediatista, mas devemos convir que a inflação caiu de 120% para 95%, que o saldo da balança em conta corrente passou de menos 12 bilhões para cerca de 10 bilhões de dólares — como V. Ex^e mesmo há pouco citou. O saldo da balança comercial, do ano passado para este ano, evoluiu de um déficit de 2,6 bilhões para um superávit de 1,2 bilhões. São estes aspectos positivos, nobre Senador, que é preciso não esquecer. Nem tudo são flores, há dificuldades no mundo. Os Estados Unidos estão com mais 10% de desemprego e a Alemanha com outro tanto. Não estamos sozinhos nesse transe difícil pelo qual passa a economia não só no mundo ocidental como nos países orientais. V. Ex^e também deve creditar ao Presidente Figueiredo a continuidade da política de abertura do Presidente Geisel. Pecados, dificuldades, é claro, temos tido, mas ai estão as eleições à vista. O Presidente Figueiredo jamais retroagiu em suas promessas. O País marcha seguro para a democracia que todos queremos. Desculpe-me V. Ex^e pelo tempo que tomei do seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Vou concluir, Sr. Presidente.

Estou fazendo uma apreciação dos três anos de governo do Presidente João Baptista Figueiredo. O nobre Senador José Lins se preocupou mais em fazer uma apreciação a respeito dos Governos revolucionários. Procurei analisar as promessas do candidato, as promessas do Presidente da República, já no exercício, e do não cumprimento de suas promessas no campo político, econômico e social. Dos retrocessos...

O Sr. José Lins — V. Ex^e mostra-se profundamente injusto neste ponto.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — ... que o Brasil está sofrendo nesses três campos: do Governo que é apoiado, do Governo que não encontrou a menor dificuldade em obter apoio a todos os seus projetos encaminhados ao Congresso...

O Sr. José Lins — Inclusive ao do Pluripartidarismo?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — ... no sentido de desenvolvimento da sociedade brasileira. Todos. O Senhor Presidente da República não pode dizer que teve dificuldade em adotar essa medida, porque as Oposições se opuseram, porque a Imprensa não manifestou boa vontade, porque encontrou dificuldade nas Forças Armadas. Não! Nunca a Oposição se negou a dar o seu apoio naquelas medidas efetivamente necessárias ao desenvolvimento do povo brasileiro.

O Sr. José Lins — Não me parece que isso seja tão certo assim. Basta que V. Ex^e anote a posição da Oposição durante todo o ano de 1981. As dificuldades criadas pela Oposição, foram visíveis. Mesmo o processo de abertura tem contado sistematicamente e ostensiva má vontade da Oposição.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Absolutamente.

O Sr. José Lins — Ah! Sim, isso é notório. A abertura tem sido feita à força, pelo Presidente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Nós sofremos a violência da extinção do nosso Partido.

O Sr. José Lins — O Presidente tem feito a abertura à força. Pelo gosto da Oposição ela jamais seria feita.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Ex^e não está sendo justo.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Desejo lembrar ao nobre orador que o seu tempo se esgota e solicito que S. Ex^e não conceda mais apartes.

O Sr. José Lins — Basta apenas que V. Ex^e anote a posição da Oposição com relação à anistia, com relação a lei salarial, com relação ao projeto do pluripartidarismo e a muitos outros, nobre Senador. Não há novidade no que estou dizendo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Já nas primeiras palavras do meu discurso de hoje eu reconheci que o Governo prometeu e cumpriu com a anistia, que o Governo prometeu e cumpriu um abrandamento na censura à imprensa, eu reconheci.

O Sr. José Lins — Não foi só a anistia. O Presidente não tem faltado a nenhuma de suas promessas.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas, fui buscar as contradições do Governo, os seus fracassos nas metas estabelecidas pelo Candidato e pelo próprio Presidente.

O Sr. José Lins — Nenhum processo de planejamento é invulnerável, mesmo assim, não há nenhuma das promessas do Presidente, nem como Candidato, que não tenha sido rigorosamente cumprida, a despeito das dificuldades criadas pela Oposição.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sr. Presidente, eu estou cumpindo a determinação de V. Ex^e. O Senador José Lins é que não está respeitando a determinação da Mesa.

Mas, procurei aqui, no decorrer da minha apreciação, inclusive, reproduzir promessas do Senhor Presidente da República que não foram cumpridas. Procurei evidenciar os retrocessos verificados por parte do Governo no campo político, econômico e social.

Mas, concluo, Sr. Presidente.

A princípio, nos idos de 1979, algumas esperanças, em alguns casos muitas até, cercaram o novo Governo que assumia.

As expectativas foram sendo, pouco a pouco, superadas. É difícil dizer se resta alguma, muito embora não tenham faltado ao Governo atual oportunidades excelentes para um salto largo no sentido dos mais profundos anseios da nacionalidade.

Em maio de 1981 a atmosfera que se vivia no País era toda favorável a uma arrancada assim. No entanto, faltou pernas ao Governo para acompanhar a marcha da sociedade brasileira rumo a um entendimento maior, capaz de saltar dificuldades e sobretudo propiciar aos brasileiros, que bem o merecem, tranquilidade, segurança e bem-estar.

É assim, Sr. Presidente, que assinalamos a passagem do terceiro ano do Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Gostaríamo de tê-lo feito de forma diferente, sinceramente.

Era o que tinha a dizer, Sr. presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSE LINS NA SESSÃO DE 15-3-82, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSE LINS (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Li, também, o artigo do *Jornal do Brasil*, a que fez referência o nobre Senador Henrique Santillo. Devo comunicar ao Plenário que, pela gravidade do

assunto, a matéria será objeto de análise, devendo o PDS trazer esclarecimentos sobre as denúncias formuladas pela autora.

Quanto ao Professor Alfredo Buzaid, indicado pelo Governo Federal para o Supremo Tribunal Federal, o nobre Senador Henrique Santillo tem o direito de manifestar o que pensa sobre aquele homem público. Leve-se em conta que, também a imprensa do fim da semana divulgou o apoio irrestrito dos professores de Direito de Universidade de São Paulo à escolha do Prof. Buzaid pelo Presidente da República.

No mais, o que tenho a observar, Sr. Presidente, é essa doentia disposição para o pessimismo com que a Oposição sistematicamente encharca o Senado.

Já é hora de que os opositores se convençam como estamos convencidos, de que o curso do processo de abertura não será mudado, de que as eleições estão à vista, e de que já não cabem esses chavões que pregam o retrocesso político, que insistem em que o Governo perssegue a Oposição e de que não se sabe quais são as regras do processo eleitoral. Estamos em plena marcha batida para as eleições, já não valem as maledicências, a volta sistemática a velhos chavões sem sentido. A Oposição deve cumprir o seu papel de Oposição. Mas o que fere a verdade, aquilo que turva o que é meridianamente claro, já não vale.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 15-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Figueiredo, completa o terceiro ano à frente do governo brasileiro; quando Sua Excelência, com elevado espírito democrático, respeita as idéias libertárias do nosso povo; quando o Primeiro Magistrado da Nação, ciente e consciente do que para ele representa a preservação do Direito e da Justiça; quando reconhece o sagrado dever que lhe cabe de batalhar pelo soerguimento social e econômico do País, verifica Sua Excelência, neste instante, não obstante os óbices que se lhe antepuseram, quão alentado tem sido o seu desempenho nos setores que lhe pareceram e lhe parecem de maior importância para a vida do povo brasileiro.

Tanto isto é verdade que os que receberam maior estímulo por parte do seu governo, não são aqueles setores que dizem respeito à Agricultura, Comunicações, Transportes e Minas e Energia, sem se descurar da Saúde e Educação.

Como que se desejasse realçar o setor energético, a imprensa há destaca- do nos últimos dias o PROÁLCOOL, idéia central deste meu pronunciamento.

Sr. Presidente, o Poder Federal, ao lançar o PROÁLCOOL como uma das principais opções para fazer face ao violento consumo de derivados de petróleo pela população brasileira, principalmente, no que tange à gasolina, talvez não suspeitasse ou não tivesse se advertido para determinados fatores que viriam atropelar a execução do programa, nas diferentes fases de sua implantação.

De maneira inexplicável e impatriótica, surgiu uma orientada campanha de desmoralização e descrédito que, indiscutivelmente, quase atingiria a sua finalidade, qual fosse a de inviabilizar a utilização do álcool combustível.

Aos tropeços, o programa foi marchando, com as distilarias sempre em número crescente, embora se fizesse sentir um amparo financeiro que deixava muito a desejar, mas que, pelas informações ministeriais, através do Ministério da Indústria e do Comércio, o Governo do Presidente João Figueiredo envida esforços de melhor aquinhoar o ambicioso programa — eminentemente nacional.

Além da campanha de descrédito e do apenas razoável apoio financeiro ao referido programa, um outro “ingrediente” conturbaria a fase de comercialização do produto.

Este, por estar sendo vendido a preço mais do que razoável, quase que desapareceria do mercado, porque chegou-se a utilizá-lo, até em cosméticos!...

Em relação à mistura com a gasolina, o álcool extrapolou os limites fixados que seriam de 12 a 15%, chegando ao excesso de ser utilizado até 50%.

Estávamos assim, diante de um injustificado procedimento que poderia trazer, se não fosse contido, uma exaustão do combustível, que em muito diminuiria a sangria de nossas divisas, fortemente comprometidas com a importação de petróleo.

Mas, fatores ligados à área econômica do Governo, freiram, também, uma maior desenvoltura do PROÁLCOOL; e tanto isto é verdade que a im-

prensa, nestes últimos dias, vem se preocupando com a reabilitação do álcool, inclusive comentando as preocupações do Governo Federal com a queda das vendas de carros a álcool, fato que originou uma tomada de posição por parte da área governamental, como um todo, e não apenas adstrito ao Ministério da Indústria e do Comércio, como até bem pouco acontecia.

Para o Governo Figueiredo uma coisa, agora, se impõe, contrapondo-se ao negativismo esdrúxulo e impatriótico, partido de setores de fácil identificação, que não têm outro interesse senão permanecer o nosso País a exaurir-se financeiramente, na aquisição do óleo negro comprado no mundo oriental.

A grande meta do Governo brasileiro será, de agora por diante, manter a viabilidade do PROÁLCOOL como alternativa energética válida, colocando um ponto final no crescente descrédito a que vinha sendo submetido.

Vamos encontrar nos jornais a nova rota a que se traçou a Secretaria de Planejamento, tendo o seu titular, o Ministro Delfim Netto, como notícia à imprensa — determinado ao seu assessor Akihiro Ikeda^a a responsabilidade de coordenar os debates a nível técnico e de propor medidas para estimular as vendas de carros a álcool, que continuam caindo assustadoramente".

Como uma resultante da designação ministerial, o Dr. Ikeda fez reunir, sob a sua coordenação, representantes dos Ministérios da Fazenda, Transportes, Minas e Energia, Indústria e do Comércio e o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, esperando-se deste encontro uma avaliação das propostas feitas por parte dos fabricantes e distribuidores de veículos a álcool.

Por sua vez — o ilustre Vice-Presidente da República — Dr. Aureliano Chaves — que é o Presidente da Comissão Nacional de Energia, em entrevista concedida à imprensa, sugeriu algumas medidas que bem poderiam se constituir no que denominou "pacote de salvação" do carro a álcool e alinhou as seguintes sugestões: "a) preço do álcool combustível inferior à gasolina; b) qualidade uniforme do produto; c) melhoria do desempenho dos carros; d) uniformização dos preços dos carros a álcool e a gasolina; e) redução do IPI; e f) abertura dos postos, também aos domingos, para a venda do álcool, e não apenas aos sábados, como já vem acontecendo.

Em relação a este último item, relacionado nas sugestões do Vice-Presidente Aureliano Chaves, a ela se contrapôs o Conselho Nacional do Petróleo, que negou o propósito de reabrir os postos aos domingos, para a venda de álcool; e segundo o articulista do *Jornal de Brasília*, de sábado último, em seu editorial intitulado "Proibição Inócua", tal decisão do CNP "ativa uma política inócua, a do contingenciamento físico da venda de combustíveis". Diz ainda o editorialista: "A venda de álcool aos domingos não é, em si mesma, importante como fator de reativação do comércio de veículos consumidores desse combustível". Tal objetivo, segundo seu pensamento "exige medidas de maior envergadura, que digam respeito à economicidade do modelo". Por fim, encara a reabertura dos postos aos domingos, mesmo para a venda exclusiva de álcool, como representando "um avanço no sentido de se restabelecer o direito da população de abastecer seus carros quando isto for necessário e não quando o CNP quiser".

Na verdade, a semana que passou foi — podemos chamar — a Semana do PROÁLCOOL, com o Presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, demonstrando grande entusiasmo pelo programa e destacando "sua importância para o País, na tentativa de reduzir os gastos com as importações de petróleo".

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Alberto Silva — Senador Almir Pinto, estou ouvindo com o maior cuidado o pronunciamento de V. Ex^a a respeito desse assunto que me tem trazido à tribuna desde que assumi a cadeira como representante do meu Estado: a utilização do álcool como uma solução nacional para diminuir as importações do combustível que nos vem do Oriente próximo, como disse V. Ex^a. Mas neste instante em que se discute o ressurgimento do PROÁLCOOL, entre as medidas que preconizam a abertura de postos aos domingos, redução do IPI e o melhor desempenho dos carros, lembraria ainda que se pode fabricar álcool à vontade, neste País, e ele vai atender às necessidades que temos de impedir a importação, porque — é aqui o momento oportuno, quando V. Ex^a fere este assunto, Sr. Senador — além de se queimar o álcool em motores do tipo Otto, é possível, já está aprovado, mas aprovado à saiedade, com rendimento bem mais alto e com segurança bem maior, que, se se aditivar ao álcool um derivado do próprio álcool — e que já se fabrica no País — pode-se usar álcool nos motores diesel sem mudar o motor, sem alterar as suas características e o rendimento será bem mais alto do que queimar álcool no motor Otto, isto é, o motor tipo gasolina. Então, meu caro Senador Almir Pinto, neste instante em que V. Ex^a aborda o assunto, quero colocar-me ao seu lado dizendo que a medida governamental é justa, oportuna e necessária. O Brasil, realmente, precisa partir para o álcool e partir já, para substituir o petróleo

porque, realmente, o álcool pode substituir o óleo diesel e a gasolina e, por conseguinte, mais de 50% do petróleo importado podem perfeitamente ser transformados pelo álcool produzido no País. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que aborda nesta tarde.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e, com muito prazer, acolho a sua palavra, o seu pensamento anexado-a este meu modesto pronunciamento; isto porque, nobre Senador Alberto Silva, V. Ex^a tem dado, neste plenário, excelentes lições, aulas mesmo, sobre essa parte relacionada ao álcool, sempre trazendo este assunto, por demais importante, ao conhecimento dos Srs. Senadores, mencionando por exemplo, o nosso marmeleiro, nosso etanol, que é um hidrocarboneto, ou seja, o C2 H6, como de grande valia para vir resolver, com a cana-de-açúcar, a mandioca, este importante problema de reflexos notáveis à economia nacional. Não me esqueço das aulas que V. Ex^a tem dado nesta Casa. Em certa ocasião, inclusive, o nosso estimado Senador pelo Amazonas, Evandro Carreira, que não está presente, não entendeu bem uma idéia de V. Ex^a, no sentido de que se aproveitasse a Floresta Amazônica para a extração do metanol e do etanol. Pensava, naquele ocasião, o nobre Senador pela Amazônia — e acredito que até a própria Senadora Laélia de Alcântara, que é lá do Acre, esteja assustada — que fosse através de um desmatamento predatório, da grande mata amazônica! Não é verdadeiramente isso. V. Ex^a falava na podação, apenas uma ligeira podação, e nem seria preciso podar todas as árvores da Amazônia. Aquela podação daria uma percentual "X" — que no momento não me recordo — de bilhões de litros de álcool e, praticamente, dispensaria até, quem sabe, a cana-de-açúcar, ficando esta para a produção de açúcar. E não é só a podação de parte da Floresta Amazônica como, também, podemos lembrar o babaçu, no Maranhão, tido como uma das fontes energéticas, não só através do coque cono do próprio etanol e do metanol.

E, V. Ex^a, estudioso que é do assunto, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Regionais, tem palavra assegurada a qualquer hora nesta Casa, inclusive agora, quando o vejo mais uma vez se preparando para apartear este seu humilde colega. Concedo o aparte a V. Ex^a mas, antes, o concederei ao nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Senador Almir Pinto, é lamentável o problema da Administração Pública neste País. Os carros a álcool tiveram, até quando o Governo achou conveniente, uma aceitação enorme neste País. O álcool passou a ter um valor extraordinário no mercado internacional e compensava ao Governo exportar álcool e consumir gasolina, porque estava sobrando gasolina. Os jornais começaram a trazer notícias da possibilidade de faltar álcool no País e para as grandes vendas de álcool ao exterior. Quem matou no nascedouro o conhecimento, o sentimento, enfim, de aceitação do carro a álcool no Brasil foi o próprio Governo. Haja vista que para desenvolver o Programa do Álcool no Brasil nós não precisamos de um centavo de ninguém. O consumidor brasileiro está pagando mais 100% para cada litro de álcool que consome, justamente para desenvolver o Projeto Nacional do Álcool. Mas o que se vê é que o Governo está interessado em jogar os nossos vales, as nossas terras devolutas nas mãos do capital estrangeiro; jogar o capital estrangeiro dentro do Projeto Nacional do Álcool. Isso fez com que o povo brasileiro, aqueles que queriam comprar o carro a álcool arrefecessem o seu interesse patriótico de lutar para o desenvolvimento do álcool para este que fosse nosso. Daí vem a queda da procura do carro álcool, verticalmente, no Brasil; V. Ex^a deve estar lembrado disso, pois faz poucos meses. O que tenho a lamentar é que o Governo, depois de matar no nascedouro a vontade do brasileiro de aceitar o Programa Nacional do Álcool, venha novamente querer aplicar injeção de otimismo ao povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALMIR PINTO — Em parte, permita-me discordar de V. Ex^a porque o Governo não quis acabar com o PROÁLCOOL, em absoluto. Aconteceram fatos que fugiram à vontade do Governo. Se na verdade ele pretendeu vender para o exterior o álcool a preço mais caro que o da gasolina estaria fazendo um bom negócio para o Brasil, porque se nós vendíamos o álcool — segundo informações que tive — a sessenta cruzeiros o litro e comprávamos o petróleo muito mais barato lá fora, naquela ocasião, era na verdade um grande negócio para o Brasil porque comprava o petróleo e ainda obtinha saldo na venda do álcool.

O que aconteceu, nobre Senador, foi alguém, e não o Governo, interessado em prejudicar o PROÁLCOOL andou falando demais... visando imperialisticamente, desestimular o mercado do carro a álcool. Eu tenho um carro a álcool, deixei de ter um galáxie, porque não podia mais alimentá-lo, e comprei um a álcool e estou satisfeito. Alguns dizem que o arranque é muito lento, que demora um pouco, mas o galáxie também demora. Quando se liga a chave de ignição do galáxie temos que esperar que a luzinha azul se apague, assim também é o carro a álcool. Tem-se que esperar um pouco para que o motor esquente. Mas, como disse, estou muito satisfeito com o novo veículo.

Quanto à questão de capital estrangeiro, ele não existe no PROÁLCOOL. O que acontece — e isso tenho sempre debatido nesta Casa — é que se não tenho dinheiro para cultivar a minha terra e ela é ubertosa, poderei tomar dinheiro emprestado a esse ou aquele banco para plantar e se algo colher, pagar o empréstimo que realizei. É uma transação mais do que líquida, é uma transação comercial líquida de verdade. Então o que acontece é exatamente isto: o Presidente do Banco Mundial visitando o Brasil viu a potencialidade deste País; sentiu do quanto ele é capaz. Então, lhe favorece, com um empréstimo para o plantio da cana-de-açúcar, da mandioca, do que for, a fim de que o Brasil tenha uma maior produção de álcool.

É natural que dando maior produção, dá maior rendimento. E o País pagará esse empréstimo, sem muito sacrifício. Não é que o Banco Mundial vá mandar no álcool do Brasil. Em absoluto. O gerenciamento é nacional. Esta é a idéia que tenho. Estou de acordo, fazendo aqui um parêntese, com um projeto de lei do nobre Deputado cearense, Paulo Lustosa, em que S. Ex^e acha que não há razão para vendermos o álcool, a gasolina ou o que for, especialmente o álcool, que é um produto nosso, através das multinacionais. Para isto não precisa tecnologia. Podemos vender o combustível utilizando as bombas da PETROBRÁS, fabricadas dentro do próprio País. Por que não prestigiamos a Empresa Nacional?

Tem o aparte o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, eu queria apenas aditar uma informação a V. Ex^e que acompanhou de perto aquelas pesquisas que andei fazendo na Universidade do Ceará, quando eu era Presidente da EBTU, sobre o aproveitamento do marmeleiro, isto é, primeiro extrair o óleo que tem no marmeleiro, que é um hidrocarboneto — ele tem de 1% a 3% de óleo. Mas, na verdade, o que nós, naquela ocasião, queríamos fazer, era exatamente as duas coisas: retirar o óleo do marmeleiro e este óleo é o óleo diesel, hidrocarboneto, com a mesma molécula, não tem nenhuma diferença e pode fazer funcionar o motor.

Isso foi testado exaustivamente, inclusive, no CTA. Na verdade o que eu queria aproveitar, e voltei a dar uma informação nesta hora em que V. Ex^e aborda o problema, era o seguinte: a madeira resultante de uma extração desse tipo é de um volume extraordinário. Basta que se diga que no Nordeste existem seis e meio milhões de hectares de marmeleiros nativos, em outras palavras, madeira nativa e renovável, que vive num clima de duzentos milímetros — isso é comprovado pela Universidade do Ceará, da terra de V. Ex^e — porque o marmeleiro pode viver com duzentos milímetros de água por ano, portanto, é planta de deserto, e de uma riqueza extraordinária a madeira resultante. Naquela ocasião o processo adotado, aplicado na Rússia, na Suíça, nos Estados Unidos, na Alemanha, que consiste na transformação da celulose da madeira em açúcar, através de uma reação chamada hidrolisação por via ácida e, neste caso, precisa-se de ácido sulfúrico. Como o Brasil não é produtor de ácido sulfúrico, colocou-se uma pedra em cima do processo, porque o Brasil não tem ácido sulfúrico, importa enxofre para fazer um pouquinho de ácido sulfúrico que se utiliza na indústria farmacêutica. A África do Sul produz ácido sulfúrico, não a partir de enxofre, mas a partir de gesso com carvão, isso qualquer estudante de Química sabe que se faz ácido sulfúrico assim. Então, nós fizemos uma proposição para que fosse estudado, lá fora, no exterior, um processo para produzir ácido sulfúrico bem barato, para que o Brasil pudesse transformar madeira em etanol e, ainda mais, a linina que é combustível, a proteína final. É por isso que os russos extraem álcool de madeira, porque é proteína no final. Mas agora, somos surpreendidos, exatamente; como o Brasil não faz pesquisas e suas universidades não pesquisam nada, creio que o maior investimento em pesquisa foi esse que dei à Universidade do Ceará, através da EBTU, para pesquisa aplicada. Temos agora uma informação que é, assim, uma verdadeira revolução: pode-se hidrolisar a madeira, isto é, transformar a celulose da madeira em açúcar ou em pré-açúcar e, daí para frente, pode-se destilar e obter o etanol, através de um processo inteiramente revolucionário, novo e extremamente econômico, através da utilização de enzimas. Já se está fazendo isto na Alemanha e nos Estados Unidos, transformando madeira em ração para gado. É a última informação que tenho em minhas mãos, inclusive o documento de como é realizado o processo. De modo que eu gostaria de que o Governo aproveitasse essa oportunidade e, ao invés de escolhermos terras para plantar cana, que deixamos a terra para fazer açúcar e vamos produzir etanol de madeira, porque madeira, neste País, está sobrando. Basta ver os galhos de Tucuruí — lá vão exportar milhões de metros cúbicos de madeira — só os galhos, talvez, dessem álcool para se gastar no Brasil por uns 100 anos, fora os galhos da Amazônia e, no Nordeste, para enriquecer os pobres nordestinos, nós temos seis milhões de hectares de marmeleiro nativo, em terras improdutivas e impróprias. Mais uma vez, parabéns a V. Ex^e e ao Governo pela retomada do PROÁLCOOL.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^e em que abordou, inclusive, a madeira de Tucuruí, justamente aquela terá que ser retirada para não ser “afogada” pelas águas da grande barragem.

É um assunto que dentro em breve pretendo abordar da tribuna desta Casa. Reconheço não ser um tema fácil para mim, porém, pelo que tenho lido e ouvido a respeito, encoro-me a trazê-lo para discussão neste plenário.

O Sr. Agenor Maria — V. Ex^e permite um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. Agenor Maria — Eles levantaram um empréstimo de um bilhão de dólares; receberam do Banco o equivalente a duzentos e cinqüenta milhões, e, na semana passada, quando aqui esteve o Presidente do Banco Mundial, ele disse que o restante só seria entregue às autoridades brasileiras na proporção do acerto do Programa Nacional do Álcool.

O SR. ALMIR PINTO — Perfeito!

O Sr. Agenor Maria — O que quero afirmar a V. Ex^e é que talvez seja o único projeto maior deste País que está autofinanciado pelo povo brasileiro, porque, na hora em que a pessoa consome um litro de álcool, está pagando quase que o valor do litro da gasolina importada. O brasileiro sabe que o litro de álcool não tem aquele valor. Mas, como o brasileiro tomou conhecimento de que se precisa de muito dinheiro para desenvolver o Programa Nacional do Álcool, ele está pagando o preço do álcool e o carro a álcool — V. Ex^e reconhece — estava sendo comprado por todo o mundo, havia uma aceitação total. De uma hora para outra, o álcool começou a valorizar no mercado internacional e o Governo começou a entender que, vendendo um litro de álcool, dava para comprar um litro de gasolina e ainda sobrava dinheiro. Resultado: de uma hora para outra, começou a aparecer a notícia de que se havia vendido muito álcool e o álcool poderia não dar. V. Ex^e sabe que aquela aceitação, do jeito que ela cresceu, muito mais depressa ela caiu, porque o povo começou a temer pelo Programa. Então, pergunto a V. Ex^e por que o Governo deixou, realmente, que caisse essa aceitação, se havia necessidade premente de se consolidar, no sentimento do povo brasileiro, justamente a necessidade do Programa Nacional do Álcool? A minha admiração é de que o Governo, agora, venha querendo dar tudo para que o povo volte a aceitar novamente o álcool. O que eu quero dizer da tribuna nobre Senador, é que o Governo errou quando, ao invés de procurar desenvolver o Programa Nacional do Álcool, começou a exportar álcool para o exterior, correndo o risco de faltar álcool para o consumo interno. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. ALMIR PINTO — O que apreendi bem do aparte de V. Ex^e é que teria sido o Governo quem estimulou a queda da produção de veículos a álcool com a venda de álcool para o exterior.

Mas, o que estava acontecendo com o álcool, no meu modo de entender, era exatamente isso: o Governo vende o excedente, e à proporção que irá aumentando o número de automóveis, passará a reter o álcool necessário ao abastecimento interno. Mas, Sr. Senador Agenor Maria, o que se tem feito é uma propaganda nefasta em torno do nosso combustível, de maneira indiscriminada, e não da sua exportação e sim quanto à sua utilização. Algumas bruxas procuram meter na cabeça do povo brasileiro, aos menos avisados, que o álcool não presta. Então, passaram a não querer comprar o carro a álcool. Mas, agora, o Governo está se propondo a demonstrar, e é o próprio Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Camillo Pena, que tem afirmado repetidas vezes que o álcool é um excelente combustível não se justificando essa propaganda impatriótica que se faz em torno de um produto eminentemente nacional.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com prazer.

O Sr. José Lins — Agradeço a V. Ex^e, Senador Almir Pinto, V. Ex^e tem razão. A exportação do álcool, o volume de álcool exportado, jamais justificaria a queda que houve na produção de carros para utilizar esse combustível. Houve reações contra o PROÁLCOOL, mas nunca do Governo. Ao contrário, o Governo veio sempre a público para reiterar sua posição quanto ao Programa do Álcool, que nunca deixou de ter o apoio devido. Ultimamente, em função dessas divulgações paralelas de certo sentido, com o objetivo de diminuir as metas do Programa, o próprio Governo provocou uma nova análise do programa, e os principais órgãos de divulgação do País têm dado a lume o resultado das pesquisas sobre a utilização do álcool como combustível, que são verdadeiramente extraordinárias. A própria Veja publicou, há poucos dias, um estudo feito nos laboratórios de São Paulo, não só de empresas como do próprio Governo, mostrando que o álcool, como combustível, não deixa nada a desejar com relação à gasolina. E publica, inclusive, os dados de custos, que são bem mais baixos, apesar da referência que se faz ao custo do

álcool, mostrando que a despesa com os carros a álcool é relativamente bem menor do que a com carros a gasolina. Acho que, em boa hora, o Governo veio a lume, para retomar uma conscientização da importância do Programa que, certamente, vai continuar até que seja cumprida a meta proposta pelo Governo de 10 bilhões e 600 milhões de litros, em 1985.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a Sr. Presidente, eu salava exatamente sobre a questão do empréstimo do Banco Mundial, tendo o seu próprio Presidente, Sr. Alden Clausen, feito essa ressalva, à concessão de novo empréstimo, e aqui enfocado pelo nobre Senador Agenor Maria. Disse o banqueiro que a execução do programa dependerá do êxito da fase inicial do projeto, querendo com isto referir-se a liberação de novas parcelas.

Os recursos que estão sendo liberados pelo banco, ao que sabemos, é da ordem de 250 milhões de dólares. Como já foi dito por S. Ex^a, o Senador Agenor Maria.

Esta advertência do Presidente do Banco Mundial leva o Governo Federal a não só exercer uma série fiscalização na execução dos projetos de destilarias, como, ainda, a incentivar, por todos os meios, a fabricação de carros a álcool combustível, assegurando estabilidade no fornecimento do produto.

Outros incentivos estão sendo anunciados que virão beneficiar os que vêm possuir carro a álcool: a retirada do pedágio e a sua exclusão da listagem de produtos supérfluos, o que diminuirá 2,51% (salvo engano) de custo ao usuário.

Não se pode obscurecer — Sr. Presidente e Srs. Senadores — a nova investida por parte do Governo da República, procurando prestigiar um Programa eminentemente nacional, que injustificavelmente e, até de maneira es-

cusa, vinha sofrendo uma depreciação, visando o descrédito do PROÁL-COOL.

A área econômica do Governo despertou a tempo de salvar o importante programa que o próprio Presidente do Banco Mundial, reconheceu o seu valor, na válida tentativa de reduzir os gastos com a importação do petróleo. (*Muito bem!*)

ATO DO PRESIDENTE Nº 08, de 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 04 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000591/82, resolve aposentar Francisco José Fernandes, no cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF—AL—NS—011, Referência NS—25, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I, e 392, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 405, inciso IV da mesma Resolução alterada pela Resolução SF nº 21, de 1980, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional por tempo de serviço a que tem direito, na forma do artigo 3º da Lei 5.903, de 1973; e 10 da Lei nº 4.345, de 1964, bem como a incorporação da Gratificação de Nível Superior, conforme estabelece o artigo 7º da Resolução SF nº 21, de 1980, observando-se o disposto no § 2º, do artigo 102 da Constituição.

Senado Federal, em 12 de março de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1982

Aos dez dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão — Ala Senador Nilo Coelho — presentes os Senhores Senadores Luiz Viana — Presidente, João Calmon, Lourival Baptista, Nelson Carneiro, Luiz Fernando Freire, Bernardino Viana, Moacyr Dalla, Martins Filho e Saldanha Derzi, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Lomanto Júnior, Amaral Peixoto, Aloysio Chaves, José Sarney, Paulo Brossard, José Richa, Mauro Benevides, Marcos Freire e Tancredo Neves.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos, com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constante da pauta é apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1981 — que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, pelo qual se estabelece uma faixa *non aedificandi* ao longo da fronteira dos dois países, concluído em Assunção, por troca de Notas, efetuadas a 16 de setembro de 1980”. Relator: Senador Bernardino Viana. Aprovado parecer favorável.

Em seguida, o Sr. Presidente solicita seja tornada secreta a reunião, para que se aprecie a Mensagem nº 24, de 1982, “do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola”.

Novamente em caráter público, a Presidência indica o Senhor Senador Nelson Carneiro para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1980 que “aprova o texto do Acordo de Previdência Social concluído entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil, em Brasília, a 20 de agosto de 1980”, em virtude da ausência do Senhor Senador Mauro Benevides, Relator da matéria. Ao receber a palavra, o Senhor Senador Nelson Carneiro emite parecer favorável ao referido Projeto, que é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se, a reunião, lavrando eu, Leila Leivas Ferro Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

PRIMEIRA REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE JANEIRO DE 1982

Às onze horas do dia sete de janeiro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Lomanto Júnior, Presidente, reúne-se a Comissão de Municípios, com a presença dos Séniores Senadores Lenoir Vargas, Luiz Fernando Freire, Valdon Varjão, Agenor Maria, Murilo Badaró, Alberto Silva, Orestes Quêrcia e José Richa.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Almir Pinto, Amaral Furlan, Amaral Peixoto, Benedito Caneellas, Moacyr Dalla, Raimundo Parente, Vicente Vuolo, Evandro Carreira, Lázaro Barboza, Affonso Camargo e Mendes Canale.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e são relatados os Projetos de Resolução apresentados pela Comissão de Economia, às seguintes Mensagens Presidenciais: 1) Mensagem nº 303, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 26.175.000,00 (vinte e seis milhões, cento e setenta e cinco mil cruzeiros). Relator: Senador Lenoir Vargas. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 2) Mensagem nº 308, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Galiléia (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 36.593.900,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil e novecentos cruzeiros). Relator: Senador Murilo Badaró. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

SEGUNDA REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 1982

Às onze horas do dia onze de março de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Lomanto Júnior e, eventualmente, do Senhor Senador Almir Pinto, reúne-se a Comissão de Municípios, com a presença dos Senhores Senadores Lenoir Vargas, Valdon Varjão, Aderbal Jurema, Almir Pinto, Agenor Maria, Amaral Furlan, Alberto Silva, José Sarney e Moacyr Dalla.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Benedito Canellas, Raimundo Parente, Vicente Vuolo, José Richa, Orestes Quêrcia, Evandro Carreira, Lázaro Barboza, Affonso Camargo e Mendes Canalle.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e são relatados os Projetos de Resolução apresentados pela Comissão de Economia, às seguintes Mensagens Presidenciais: 1) Mensagem nº 361, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos). Relator: Senador Lenoir Vargas. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 2) Mensagem nº 363, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros). Relator: Senador Moacyr Dalla. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 3) Mensagem nº 398, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da

Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros). Relator: Senador Moacyr Dalla. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 4) Mensagem nº 399, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Juazeiro (BA) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 522.770.000,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, setecentos e setenta mil cruzeiros). Relator: Senador Lomanto Júnior. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 5) Mensagem nº 375, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paula Cândido (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 18.296.950,00 (dezoito milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta cruzeiros). Relator: Senador Lenoir Vargas. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade. 5) Mensagem nº 384, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 493.771.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, setecentos e setenta e um mil cruzeiros). Relator: Senador Amaral Furlan. Parecer: favorável. Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereire, Assistente da Comissão a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.